



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

LUIZ HILÁRIO MULATINHO JUNIOR

**QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL NO SETOR PÚBLICO SOB A
PERSPECTIVA DA CONFORMIDADE: UM ESTUDO DAS CAPITAIS
BRASILEIRAS**

Natal/RN

2025

LUIZ HILÁRIO MULATINHO JUNIOR

**QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL NO SETOR PÚBLICO SOB A
PERSPECTIVA DA CONFORMIDADE: UM ESTUDO DAS CAPITAIS
BRASILEIRAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Josimar Pires da Silva

Natal/RN

2025

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro Ciências Sociais Aplicadas - CCSA

Mulatinho Junior, Luiz Hilário.

Qualidade da informação contábil no setor público sob a perspectiva da conformidade: um estudo das capitais brasileiras / Luiz Hilário Mulatinho Junior. - Natal, 2025.
69f.: il.

Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós Graduação em Ciências Contábeis. Natal, RN, 2025.

Orientação: Prof. Dr. Josimar Pires da Silva.

1. Informação contábil - Dissertação. 2. Qualidade da informação - Dissertação. 3. Transparência e conformidade - Dissertação. 4. Condição financeira governamental - Dissertação. I. Silva, Josimar Pires da. II. Título.

RN/UF/Biblioteca CCSA

CDU 657.3:35

LUIZ HILÁRIO MULATINHO JUNIOR

**QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL NO SETOR PÚBLICO SOB A
PERSPECTIVA DA CONFORMIDADE: UM ESTUDO DAS CAPITALS
BRASILEIRAS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Linha de Pesquisa: Mensuração e Evidenciação Contábil

Orientador: Prof. Dr. Josimar Pires da Silva

Aprovado em: 27 de agosto de 2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Josimar Pires da Silva

Presidente da Banca - Orientador

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Prof. Dr. Renato Henrique Gurgel Mota

Membro Examinador Interno

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Prof. Dr. Paulo Sergio Almeida Santos

Membro Examinador Externo

Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT

Dedico este trabalho a minha mãe,
Maria de Fátima, que em meio a todas
as adversidades nunca desistiu de minha
educação.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, fonte de sabedoria, força e inspiração, por guiar cada passo desta caminhada e me sustentar nos momentos de dúvida e dificuldade. Sem Sua presença constante, este sonho não teria se tornado realidade.

À minha família, em especial a minha mãe, por acreditar em mim mesmo quando eu duvidava, por cada palavra de incentivo, por cada gesto de carinho, por serem meu alicerce ao longo dessa jornada.

Ao companheiro, Rafael Araújo, pela paciência, apoio incondicional e amor. Sua presença foi fundamental para que eu mantivesse o foco, e sua companhia tornou os dias mais leves e significativos.

Ao meu orientador, Josimar, por sua dedicação, orientação precisa e estímulo constante. Sua confiança no meu trabalho foi essencial para que eu acreditasse na potência da pesquisa que desenvolvi.

Aos professores do programa PPGCCON, por compartilharem conhecimento com generosidade e exigirem sempre o nosso melhor. Cada aula, cada leitura, cada discussão me ajudou a crescer como pesquisador e como pessoa.

Aos meus colegas de turma, pela parceria, pelas trocas, pelos desafios e pelas conquistas que vivemos juntos. Compartilhar essa trajetória com vocês tornou tudo mais rico e mais humano.

Aos meus amigos do trabalho, por compreenderem as exigências deste processo e por me apoiarem com carinho e respeito. Ter vocês por perto fez toda a diferença.

E, por fim, a mim mesmo — por não ter desistido. Por ter persistido mesmo quando o cansaço parecia maior que a motivação. Por ter acreditado que valia a pena. Hoje, com orgulho, reconheço a força que encontrei dentro de mim.

*“A má informação é mais desesperadora que
a não-informação”*

Charles Caleb Colton

RESUMO

Esta pesquisa trata da Qualidade da Informação Contábil (QIC) no setor público, considerando os aspectos de transparência, conformidade e informatividade como fundamentais para avaliar a legitimidade da informação contábil governamental. Utiliza-se como proxy da QIC o Indicador da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal (ICF), desenvolvido pela Secretaria do Tesouro Nacional. A pesquisa estrutura-se em dois capítulos: o primeiro investiga a relação entre a conformidade contábil-fiscal e a transparência, analisando sua validade científica sob a ótica da teoria da legitimidade; o segundo capítulo avalia relações estatísticas entre a conformidade contábil e a condição financeira governamental, com base na teoria da legitimidade. Utiliza-se uma amostra composta por municípios capitais brasileiros, escolhidos devido à maior disponibilidade de dados e estrutura informacional. A pesquisa parte do pressuposto de que informações contábeis transparentes e conformes fortalecem a accountability pública e funcionam como instrumento de avaliação da gestão por parte da sociedade.

Palavras-chave: Qualidade da informação; transparência e conformidade; Condição financeira governamental.

ABSTRACT

This research addresses the Quality of Accounting Information (QIC) in the public sector, considering the aspects of transparency, compliance, and informativeness as fundamental to assessing the legitimacy of government accounting information. The Quality of Accounting and Tax Information Indicator (ICF), developed by the National Treasury, is used as a proxy for QIC. The research is structured in two chapters: the first investigates the relationship between accounting and tax compliance and transparency, analyzing its scientific validity from the perspective of legitimacy theory; the second chapter evaluates the statistical relationships between accounting compliance and government financial condition, based on legitimacy theory. A sample of Brazilian capital cities was used, chosen due to their greater data availability and information structure. The research is based on the assumption that transparent and compliant accounting information strengthens public accountability and serves as a tool for public assessment of management.

Keywords: Quality of information; transparency and compliance; Government financial condition.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO GERAL	8
CAPITULO 1- Relações entre os indicadores de transparência e o indicador de conformidade contábil (ICF) das capitais brasileiras	12
RESUMO	13
ABSTRACT	14
1. INTRODUÇÃO	15
2. REVISÃO DA LITERATURA.....	18
2.1. A transparência governamental	18
2.2. Conformidade da informação contábil fiscal e a transparência governamental. 19	
2.3. Métricas nacionais de avaliação da transparência e conformidade pública	21
2.4. Desenvolvimento das hipóteses.....	22
3. METODOLOGIA DA PESQUISA	25
3.1. Amostra	25
3.2. Descrição das variáveis da pesquisa.....	25
3.3. Técnica de análise dos dados.....	26
4. ANÁLISE DOS DADOS	28
4.1. Análise descritiva	28
4.2. Análise de correlações	31
4.3. Análise por regressão.....	32
5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	34
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
CAPITULO 2- Relações do indicador de conformidade contábil (ICF) e a condição financeira das capitais brasileiras	41
RESUMO	42
ABSTRAT	43
1. INTRODUÇÃO	44
2. REVISÃO DA LITERATURA.....	46
2.1. Padronização contábil-fiscal: implicações para a condição financeira governamental	46
2.2. Condição financeira governamental: modelos e influências	48
2.3. Levantamento da hipótese da pesquisa.....	51
3. METODOLOGIA DA PESQUISA	52
3.1. Amostra.....	52

3.2.	Delimitação das variáveis	53
3.3.	Técnica estatística aplicada	55
4.	ANÁLISE DOS DADOS	55
4.1.	Análise descritiva	55
4.2.	Análise de interações entre variáveis.....	57
4.3.	Análise de correlações	58
4.3.1.	<i>Análise das Correlações entre o ICF e os Indicadores de Solvência de Caixa</i>	59
4.3.2.	<i>Análise das Correlações entre o ICF e os Indicadores de Solvência</i> <i>Orçamentária</i>	60
4.3.3.	<i>Análise das Correlações entre o ICF e os Indicadores de Solvência de longo</i> <i>prazo</i>	60
4.3.4.	<i>Análise das Correlações entre o ICF e os Indicadores de Solvência de serviço</i>	61
5.	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	62
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	63

1 INTRODUÇÃO GERAL

Este trabalho adotará a ideia de que o termo qualidade, conforme proposto por Andrade (2020), indica o grau de correspondência entre um conjunto de características e um objeto específico, a fim de atender as especificidades de seus usuários. Desta forma, a qualidade da informação a ser abordada nesta pesquisa, será investigada sobre critérios ou características que podem promover a validação ou legitimidade do conteúdo, da forma e da utilidade desta informação (Ferreira, 2011).

Na investigação da Qualidade da Informação Contábil (QIC), em específico, estes critérios e características perpassam a perspectivas dos usuários das informações contábeis, por isso quando se investiga a QIC dos mercados de capitais, por exemplo, se investiga o lucro, visto que este é um fator relevante de análise dos usuários do mercado de capitais, ou seja, os investidores. Daí observam-se diversos modelos que buscam identificar e por vezes predizer o comportamento dos lucros como a persistência, *accruals*, suavidade, oportunidade, prevenção de perdas dentre outros determinantes da qualidade dos lucros (Dechow; Schrand, 2010).

Já na contabilidade governamental é desafiador identificar *proxies* que evidenciem qualidade com relação aos interesses de seus usuários, pois determinar características e critérios que possam indicar qualidade na iniciativa governamental envolve uma busca por determinantes mais abrangentes, visto que os interesses dos usuários não se delimitam aos lucros (Cavalcante; Luca, 2013). Recorre-se, então, a critérios como transparência e conformidade, partindo das premissas das características qualitativas da informação contábil elencadas na NBC TSP - Estrutural Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público.

Neste cenário, estudos observaram aspectos da qualidade da informação contábil governamental a partir de critérios de transparência e conformidade da informação (Araújo; Paulo, 2019; Silva; Bruni, 2019; Manoel; Strassburg; Serafim, 2023; Silva *et al.* 2019), pois entende-se que a busca da qualidade da informação contábil no setor público é pautada pelos avanços da *accountability* de gestões políticas diversas, focada numa ação pública transparente, fidedigna e disponível.

Neste sentido, várias proxies foram sendo desenvolvidas para investigar aspectos de qualidade da informação no setor público, como o Ranking Nacional da Transparência

(RNT) desenvolvido pelo Ministério Público Federal (Celestino, 2018; Vieira; De Ávila, 2019; Silva et. al, 2019); Escala Brasil Transparente (EBT) desenvolvido pela Controladoria Geral da União (Silva; Bruni, 2019); e mais recentemente o Índice de Transparência de Governança Pública (ITGP) desenvolvido pela Transparência Internacional (Pinho et. al., 2023); Radar da transparência pública (RNTP) desenvolvido pela Associação de Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Souza, 2023) e, finalmente o Indicador da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal (ICF) que compõe o Ranking de qualidade da informação contábil-fiscal, desenvolvida pela Secretaria de Tesouro Nacional (STN) (Medeiros, 2024).

O ICF, em especial, é um indicador diretamente ligado a atividade contábil, visto que suas dimensões de análise são pautadas na verificação da adequação e consistência dos demonstrativos elaborados pelas esferas de governo, diferenciando-se de outros indicativos de transparência mais globais, como os citados anteriormente (Medeiros, 2024).

De modo geral, indicadores de transparência e conformidade da Informação Contábil, buscam legitimar o compromisso da apresentação de uma informação adequada das transações governamentais para a sociedade observando uma base normativa consistente. Acredita-se que em um sistema democrático de direito é essencial que os indivíduos tenham acesso a informações claras que lhes permitam avaliar tanto a eficácia da administração quanto se sintam conectados ao sistema, sendo assim a informação contábil pública, que atenda a aspectos de conformidade, seria uma ferramenta do exercício da cidadania (Nogueira; Freitas; Ribeiro, 2017).

Entretanto, Andrade (2022) observou em sua pesquisa que embora respeitando aspectos normativos a informação contábil pode ser desinformativa, visto que há certas limitações nos dispositivos legais, normativos e de auditoria em captar as discricionariedades envolvidas na elaboração da informação.

Além disso, a informação contábil possui uma característica abrangente e geral conforme preceitua as normas contábeis, especialmente a Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro - CPC 00 (R2) onde a informação contábil é preparada para atender diversos usuários, contudo, relatórios financeiros para fins gerais não fornecem nem, podem fornecer todas as informações desta totalidade de usuários (CPC, 2019). Então, por vezes, é necessário considerar informações pertinentes de outras fontes, como, por exemplo, condições e expectativas sociais, econômicas gerais, ambiente político, para se

auferir informatividade aos relatórios contábeis. Na literatura contábil estas perspectivas são discutidas a luz da condição financeira governamental. Neste momento não se discute mais a conformidade da informação contábil, mas sim a informatividade dos registros evidenciados nos demonstrativos contábeis e os possíveis reflexos observáveis na sociedade.

A condição financeira governamental, conforme Groves e Valente (2003), objetiva investigar a capacidade dos gestores de manter o atual nível de serviços, enfrentar desafios econômicos locais e atender às demandas associadas ao crescimento natural, declínio e mudança, ou seja, observa aspectos de resultados da gestão governamental.

Lima e Diniz (2016), através da literatura, estruturaram fatores que compõem a condição financeira governamental nas perspectivas: ambiental, organizacional e financeira. Souza et. al (2023) acrescenta a essas perspectivas fatores contingentes que estão à margem das perspectivas anteriormente citadas.

A informação contábil pública produzida pelos governos alinhada a essas perspectivas, apresentam-se também como uma ferramenta de legitimação da ação pública perante a sociedade, visto que são fatores que influenciam as escolhas públicas sobre os recursos do governo constituindo as fundações econômicas das quais os administradores extraem riquezas para direcionar fundos aos cofres do Estado que são futuramente direcionados a novas ações governamentais, as quais durante todo o processo são evidenciadas nos registros contábeis (Berne; Schramm, 1986; Groves; Valente, 1986; Berne, 1992).

Partindo do exposto, esta pesquisa está organizada em dois capítulos: O primeiro investigará as relações existentes entre o ICF (STN), indicador de transparência e conformidade da informação contábil fiscal e os demais indicadores de transparência existentes na literatura para verificar o rigor científico do indicador de natureza específica da contabilidade, ainda pouco utilizado em pesquisas nacionais, em relação aos demais indicadores de transparência mais globais, com uma análise a luz da teoria da legitimidade (Aerts, 1994; Suchman, 1995).

O segundo Capítulo investigará a existência de relação entre a conformidade da informação contábil e os indicadores de condição financeira governamental, com base no modelo Wang, Dennis e Tu (2007), com o objetivo de identificar possíveis relações entre conformidade e informatividade no contexto da informação contábil-fiscal.

Ambos os capítulos partem de uma amostra dos municípios capitais brasileiras, tendo em vista que Niyama (2006) já sugeria que indicadores relacionados à condição financeira de uma região poderiam estar vinculados à evolução de sua informação contábil, o que foi testado com relação aos Estados Brasileiros por Medeiros (2024).

Esta pesquisa se justifica ao entender-se que, ao serem produzidas e divulgadas informações contábeis com transparência e conformidade, esta apresentará capacidade informativa, promovendo aos controladores sociais condições de desenvolver os seus trabalhos de maneira mais eficaz, eficiente e efetiva, o que se acredita que tenha reflexo positivo na qualidade da gestão pública e aprimoramento dos serviços públicos podendo a sociedade avaliar os serviços prestados com mais segurança e confiabilidade.

A escolha do ICF como variável do estudo, surge da necessidade de validação científica do índice, ainda pouco explorado na literatura, que se propõe a indicar qualidade de informação do prisma contábil-fiscal.

A escolha por investigar municípios se justifica, pois, como observado por Manoel e Strassburg (2023) estudos anteriores revelaram que municípios que apresentam indicadores socioeconômicos mais favoráveis e uma situação financeira mais sólida tendem a exibir níveis superiores de transparência e de comunicação das informações (Cruz, 2010; Cruz et al., 2012; Zuccolotto; Teixeira, 2014; Sol, 2013; Oliveira, 2016).

Entretanto, a escolha por municípios das capitais brasileiros limita a pesquisa no sentido de que nuances de regionalidade poderão estar sendo desconsideradas. Manoel e Strassburg (2023), indicaram que o estudo regionalizado proporcionaria análises mais homogêneas e a obtenção de resultados mais práticos sobre o tema analisado (Sánchez; Aceituno; Dominguez, 2013), o que esta pesquisa abrangendo apenas os municípios capitais dos estados brasileiros, por exemplo, pode não ser efetiva em observar, devido aos resultados distintos apresentados em função de cada uma das regiões brasileiras (Baldissera, 2018). Entretanto essa limitação foi imposta ao autor, visto a indisponibilidade de dados e de indicadores para municípios em geral.

Capítulo 1

Relações entre os indicadores de transparência e o indicador de conformidade contábil (ICF) das capitais brasileiras

**Natal/RN
2025**

RESUMO

A transparência da informação é um pilar fundamental para o fortalecimento da *accountability* nas sociedades democráticas, especialmente no contexto da administração pública. Este estudo investiga a relação entre a conformidade da informação contábil-fiscal, mensurada pelo Indicador de Conformidade Contábil-Fiscal (ICF) da Secretaria do Tesouro Nacional, e três importantes índices de transparência pública no Brasil: Escala Brasil Transparente (EBT), Radar Nacional da Transparência Pública (RNTP) e Índice de Transparência de Governança Pública (ITGP). A pesquisa parte da premissa de que, embora transparência e conformidade estejam associadas à promoção da *accountability*, há indícios de que a transparência pode ser manipulada estrategicamente, comprometendo sua efetividade. A análise é realizada com base em dados *cross section* das capitais brasileiras, considerando limitações na disponibilidade temporal dos indicadores. Os achados indicam uma relação positiva e estatisticamente significativa entre o ICF e o ITGP, sugerindo que a produção de informações contábil-fiscais com maior conformidade contribui para um melhor *disclosure* das contas públicas, impactando diretamente a transparência governamental. Identificou-se, ainda, que fatores socioeconômicos, como o PIB, demonstraram influência positiva sobre os níveis de transparência pública quando associados à conformidade contábil-fiscal. A análise também revelou que o fator regional exerce influência sobre os resultados, com variações significativas entre as regiões brasileiras, embora o ICF se mostre menos sensível a essas diferenças.

Palavras-chave: Transparência governamental; Conformidade contábil-fiscal; *Accountability*.

ABSTRACT

Transparency of information is a fundamental pillar for strengthening accountability in democratic societies, especially in the context of public administration. This study investigates the relationship between accounting and tax compliance, measured by the National Treasury Secretariat's Accounting and Tax Compliance Indicator (ICF), and three important public transparency indices in Brazil: the Transparent Brazil Scale (EBT), the National Public Transparency Radar (RNTP), and the Public Governance Transparency Index (ITGP). The research is based on the premise that, although transparency and compliance are associated with promoting accountability, there are indications that transparency can be strategically manipulated, compromising its effectiveness. The analysis is based on cross-sectional data from Brazilian capital cities, considering limitations in the temporal availability of the indicators. The findings indicate a positive and statistically significant relationship between the ICF and the ITGP, suggesting that the production of more compliant accounting and tax information contributes to better disclosure of public accounts, directly impacting government transparency. It was also found that socioeconomic factors, such as PIB, demonstrated a positive influence on levels of public transparency when associated with accounting and tax compliance. The analysis also revealed that regional factors influence the results, with significant variations across Brazilian regions, although the ICF is less sensitive to these differences.

Keywords: Government transparency; Accounting and tax compliance; Accountability.

1. INTRODUÇÃO

A transparência da informação é um elemento essencial para sociedades democráticas, pois permite o exercício da cidadania, o controle social e a responsabilização dos governantes (Hood, 1994; Heald, 2006). Na literatura, esse fenômeno é amplamente explorado por diversas abordagens, com destaque para as Teorias da Agência e da Legitimidade (Zimmerman, 1977; Eisenhardt, 1989; Patten, 1992; Suchman, 1995; Shapiro, 2005; Baldissera, 2018). Considera-se que a *accountability*, sustentada pela transparência e pela evidenciação contábil, contribui significativamente para a redução da assimetria informacional entre governo e sociedade, fortalecendo a confiança dos stakeholders na administração pública.

No entanto, alguns estudos destacam que a transparência pode ser manipulada e utilizada de forma estratégica para fins questionáveis, como desinformação ou “políticas de escândalo”, gerando efeitos contrários ao esperado e diminuindo a confiança pública (Bovens, 2003; Etzioni, 2010; O'Neill, 2002,). Além disso, Heald (2006) alerta para a complexidade do tema, enfatizando que a transparência possui diferentes formas e aplicações, podendo ser distorcida de acordo com o contexto político e social. Dessa forma, é necessário cautela na análise desse conceito, pois uma alta classificação em índices de transparência nem sempre reflete um compromisso genuíno com a abertura da informação.

A avaliação da transparência governamental tem ganhado destaque, especialmente no Brasil, com a criação de diversos indicadores, como a Escala Brasil Transparente (CGU), o Radar Nacional da Transparência Pública (ATRICON) e o Índice de Transparência de Governança Pública (Transparência Internacional). Cada um desses instrumentos emprega metodologias próprias e captura diferentes aspectos do conceito, abrangendo transparência ativa, passiva, nominal e efetiva (Silva; Bruni, 2019; Pinho et al., 2023; Souza, 2023).

No campo da contabilidade pública, entende-se que a transparência governamental está diretamente relacionada a um sistema de informação contábil-fiscal normatizado, que vise atender às demandas informacionais da sociedade. Neste sentido, a informação contábil-fiscal é formada por dados financeiros e não financeiros resultantes das ações

governamentais, sendo necessária sua adequada evidenciação para garantir a confiança da sociedade na gestão pública. Dentre essas informações, a financeira é a mais amplamente reconhecida, pois é mensurada em unidades monetárias e divulgada por meio dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral (RCPGs). Esses relatórios seguem normas contábeis amplamente aceitas, assegurando padronização e confiabilidade dos dados apresentados (Martins, 2009).

Os estudos sobre a conformidade da informação contábil-fiscal no Brasil ganharam mais destaque com a criação, em 2018, de um indicador pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que consolida dados contábeis-fiscais dos entes governamentais para avaliar a qualidade e consistência dos relatórios e demonstrativos, chamado de Indicador de qualidade contábil-fiscal (ICF). Esse indicador, é utilizado como uma ferramenta de legitimação e apresentação adequada das transações governamentais, garantindo uma base normativa acessível à sociedade e fortalecendo o exercício da cidadania, diminuindo riscos de corrupção, pois como observado por Matheson e Kwon (2003) a inconformidade com normas contábeis pode aumentar o risco de corrupção. Hood (2006) destaca, neste sentido, que a transparência também é um elemento crucial para a prevenção da corrupção e a ampliação da responsabilização pública, impactando diretamente a confiança da sociedade na gestão governamental.

Assim observa-se que ambos os conceitos (Transparência e conformidade da informação contábil-fiscal) se complementam para a constatação de *accountability*, embora sigam direcionamentos metodológicos e campos observacionais diferentes. Ambas as temáticas, inclusive, perpassam investigações similares, buscando fatores determinantes ligados a indicadores socioeconômicos e políticos (Zuccolotto e Teixeira 2014; Caba-Perez et al., 2014; Silva et al., 2019; Silva e Bruni, 2019; Vieira, De Ávila, 2019; Pinho et al., 2023; Medeiros, 2024; Silva, Soares e Neto, 2025). Entretanto, estudos que investigam as relações entre a transparência governamental e a conformidade contábil-fiscal ainda são incipientes (Souza, 2023).

Surge então a necessidade de verificar se a conformidade contábil-fiscal está afetando a transparência pública.

Neste contexto, esta pesquisa parte da seguinte questão de pesquisa: Existe uma relação significativa entre a conformidade da informação contábil-fiscal e os indicadores de transparência pública nas capitais brasileiras? O objetivo é analisar a associação entre

o Indicador de Conformidade Contábil-Fiscal (ICF), calculado pela STN, e três importantes índices de transparência pública: Escala Brasil Transparente (EBT), Radar Nacional da Transparência Pública (RNTP) e o Índice de Transparência de Governança Pública (ITGP).

Tal estudo se justifica pois embora transparência e conformidade estejam ligadas a forte presença de *accountability*, conforme BRANKOVIC (2021) os agentes públicos podem gerenciar e ajustar suas informações com as diferentes métricas existentes para a transparência, buscando melhor posicionamento nas classificações de rankings que avaliam esta perspectiva, para apresentar uma ideia de melhor desempenho institucional. Além de que, a quantificação de indicadores confere uma aura de objetividade e um tipo de legitimidade quase científica para a atuação governamental. Testar as relações empíricas destes índices é promover o rigor científico para demonstrar o verdadeiro impacto social destes indicadores.

Ciente do risco da manipulação da transparência mencionada por Heald (2012), serão testadas variáveis de transparência desenvolvidas por diversos órgãos, de metodologias de avaliação distintas.

Do ponto de vista teórico a pesquisa dialoga com importantes correntes teóricas, como Teoria da Legitimidade (Patten, 1992; Suchman, 1995), ampliando o entendimento sobre como a qualidade da informação contábil pode influenciar a percepção de transparência e, consequentemente, a confiança pública. Ao testar empiricamente a associação entre o ICF e os índices de transparência, o estudo contribui para o avanço da literatura ao propor uma abordagem integrada e crítica sobre os mecanismos de controle social e responsabilização pública.

No âmbito prático, a pesquisa oferece subsídios para o aprimoramento das ferramentas de avaliação da transparência pública. Ao analisar a relação entre diferentes indicadores — EBT, RNTP e ITGP — e o ICF, a investigação permite identificar limitações metodológicas nos instrumentos de transparência utilizados atualmente. Isso é especialmente relevante diante da possibilidade de manipulação estratégica da transparência por parte dos gestores públicos (Brankovic, 2021; Heald, 2006), que podem ajustar suas práticas para obter melhor posicionamento em rankings, sem necessariamente promover uma abertura genuína da informação. Os resultados da pesquisa podem orientar órgãos de controle, como a CGU e o TCU, na revisão de critérios e na formulação de políticas públicas mais eficazes de transparência e prestação de contas.

Socialmente, o estudo reforça o papel da informação contábil-fiscal como instrumento de cidadania e combate à corrupção. A conformidade com normas contábeis, conforme destacado por Matheson e Kwon (2003), está diretamente relacionada à redução de riscos de práticas ilícitas e ao fortalecimento da confiança da sociedade na gestão pública.

É importante destacar que pesquisas por indicadores de transparência no cenário brasileiro apresentam limitações quanto a disponibilidade dos índices em uma série temporal, devido a constante descontinuidade dos levantamentos destes índices, desta forma, esta pesquisa foi realizada considerando como base uma análise *cross sectional*.

A investigação dos municípios capitais se justifica porque, conforme apontado por Manoel e Strassburg (2023), pesquisas anteriores indicaram que aqueles municípios com melhores indicadores socioeconômicos e uma situação financeira mais estável tendem a apresentar níveis mais elevados de transparência e comunicação das informações (Cruz, 2010; Cruz et al., 2012; Zuccolotto; Teixeira, 2014; Sol, 2013; Oliveira, 2016).

O restante deste capítulo está estruturado da seguinte forma: a próxima seção revisa a literatura, a terceira seção apresenta o modelo teórico, a quarta seção apresenta a análise, a quinta seção discute os resultados e por fim, a sexta seção apresenta considerações finais e implicações futuras da pesquisa.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1. A TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL

A transparência governamental está diretamente ligada à acessibilidade das informações da Administração Pública e à ausência de corrupção (Gerring; Thacker, 2004). Para ser considerada transparente, a informação deve ser completa, acessível, comparável, compreensível, sem viés e disponível, conforme normativos que garantem sua conformidade (Klein; Freire, 2023). Assim, Relatórios fiscais, portais eletrônicos e documentos de gestão anuais são instrumentos que proporcionam ao cidadão um acesso claro e objetivo às informações públicas. Esse processo reduz a assimetria informacional entre gestores e sociedade, fortalecendo a confiança na administração pública (Santos et al., 2021).

Na normatização brasileira, a transparência governamental é subdividida em transparência ativa e transparência passiva. A transparência ativa ocorre quando o ente público disponibiliza informações espontaneamente, sejam elas exigidas por lei ou não. Já na transparência passiva, os dados são fornecidos mediante solicitação dos cidadãos (Raupp, 2016; Silva; Bruni, 2019). Assim, enquanto na transparência ativa as informações são disponibilizadas por interesse do gestor público ou por imposição legal de dados obrigatórios, na transparência passiva é necessário que o ente público esteja preparado para responder a qualquer solicitação da população não sujeita a sigilo (Silva e Bruni, 2019).

Já Heald (2012) classifica a transparência em nominal e efetiva. A nominal busca transmitir uma imagem de confiabilidade por meio da publicação de grandes volumes de dados, sem necessariamente garantir compreensão pública. A transparência efetiva ocorre quando as informações são acessíveis e aplicáveis pelos cidadãos. Essa diferença pode resultar na chamada "ilusão de transparência". A intuição por detrás da ilusão da transparência é que, mesmo quando a transparência parece estar a aumentar, conforme medido por algum índice, a realidade pode ser bastante diferente (Heald, 2006).

Ampliando o conceito, Hood (1994) destaca que a transparência é moldada pelo ecossistema social. No Brasil, Manoel, Strassburg (2023) identificaram que a diversidade regional afeta a compreensão e aplicação da transparência pública, dificultando a identificação de variáveis que a explicam.

2.2. CONFORMIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL FISCAL E A TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL

Entre os principais instrumentos normativos de transparência destacam-se a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/00), a Lei da Transparência (LC nº 131/09) e o Decreto nº 7.185/10, que define padrões mínimos para o sistema de administração financeira e controle (Gama; Rodrigues, 2017). Além da Lei de Acesso à Informação (LAI, nº 12.527/11) que fortalece o acesso público às contas governamentais e promove maior controle social (Gama; Rodrigues, 2017).

As informações contábeis, financeiras e orçamentárias são fundamentais para a transparência ativa no Brasil, sendo reguladas por um sólido arcabouço normativo que inclui legislações nacionais e normas internacionais de contabilidade (Gama; Rodrigues, 2017).

Um dos grandes marcos normativo no Brasil ocorreu com a Lei nº 4.320/64, criada para equilibrar as finanças públicas em um contexto de crise econômica e inflação elevada. No entanto, percebeu-se que a transparência apenas orçamentária não era suficiente para evitar fraudes e corrupção, evidenciando a necessidade de um sistema de controle mais amplo, incluindo informações patrimoniais (Nascimento; Botelho; Lima, 2011; Gama; Rodrigues, 2017).

Para autores como Herbest (2010) esta nova abordagem das informações contábeis do setor público proporcionaria um maior disclosure das contas públicas, pois seu foco estaria na informação patrimonial, baseando-se assim na evidenciação mais detalhada dos atos e fatos da gestão, o que conforme este autor promoveria maior transparência governamental.

Com o objetivo de aprimorar a prestação de contas e garantir a adequada utilização do sistema de informações contábeis na Administração Pública brasileira, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) desenvolveram um novo arcabouço teórico para a contabilidade governamental. Em 2008, foram implementadas as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), alinhadas às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS), juntamente com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). O objetivo dessas normativas foi aprimorar o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos atos administrativos, permitindo que a contabilidade pública refletisse a essência das transações governamentais e seu impacto patrimonial, seguindo o regime patrimonial integral ou de competência (Lima; Santana; Guedes, 2009).

As NBCASP e o MCASP ao utilizarem critérios uniformes para os procedimentos contábeis de todos os entes da federação facilitam o acompanhamento, permitem a comparabilidade e aumentam a credibilidade da informação. Esta uniformização é percebida por muitos autores como representativa da melhoria na qualidade da

informação contábil e são indispensáveis ao processo de transparência das ações e políticas públicas implementadas pelo estado (Agostinho; Lima, 2012; Silva; Soares; Neto, 2025).

2.3. MÉTRICAS NACIONAIS DE AVALIAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA E CONFORMIDADE PÚBLICA

A literatura brasileira apresenta diversas métricas para avaliar a transparência pública, desenvolvidas por órgãos como o Ministério Público Federal, a Controladoria Geral da União (CGU) e a Transparência Internacional, além da Associação de Membros dos Tribunais de Contas do Brasil e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Entre os principais indicadores utilizados estão a Escala Brasil Transparente (EBT), o Índice de Transparência de Governança Pública (ITGP), o Radar da Transparência Pública (RNTP) e o Índice de Conformidade Fiscal (ICF), este último voltado à qualidade da informação contábil-fiscal (Vieira; De Ávila, 2019; Pinho et al., 2023; Souza, 2023; Medeiros, 2024).

A EBT foi inicialmente concebida para mensurar transparência passiva, mas, desde 2018, passou a incorporar elementos de transparência ativa, tornando-se a EBT - Avaliação 360°. Seu objetivo é verificar a conformidade dos entes federativos com relação a Lei de Acesso à Informação, incentivando o controle social e aprimorando mecanismos de transparência pública (CGU, 2024).

O ITGP, desenvolvido pela Transparência Internacional, mede transparência em governos subnacionais, com base em 69 indicadores distribuídos em oito dimensões: aspectos legais, plataformas de transparência, governança, transparência de dados, transparência administrativa, comunicação, participação social e transformação digital (Pinho et al., 2023).

O RNTP, formulado pela Associação de Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, analisa índices de transparência ativa de órgãos públicos, destacando informações essenciais (execução orçamentária e financeira), obrigatórias (previstas em leis) e recomendadas (boas práticas que devem ser incentivadas). Seu cálculo inclui atribuição de pesos conforme exigibilidade das informações (Souza, 2023).

Já o ICF, principal variável deste estudo, é indicado pela STN como métrica para avaliar a qualidade das informações contábeis e fiscais enviadas ao Sistema de

Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI). Sua metodologia envolve verificações periódicas distribuídas em quatro dimensões:

Quadro 1- Dimensões de avaliação do ICF

Dimensão I- Gestão da Informação	Reúne as verificações que analisam o comportamento do ente federativo no envio e manutenção das informações no SICONFI. Ex.: envio de todas as declarações, envios no prazo, quantidade de retificações, estrutura das matrizes de saldos contábeis entre outras.	Realiza 36 verificações.
Dimensão II- Informações Contábeis	Compreende as verificações que avaliam os dados contábeis recebidos em relação à adequação às regras do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, consistência entre os demonstrativos etc.	Realiza 85 verificações
Dimensão III- Informações Fiscais	Agrupar as verificações pertinentes à análise dos dados fiscais contidos nas declarações. Ex.: adequação às disposições do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF, consistência entre demonstrativos, entre outras.	Realiza 28 verificações
Dimensão IV- Informações Contábeis x Informações Fiscais	Informações Contábeis x Informações Fiscais	Realiza 41 verificações

Fonte: STN (2024)

O ICF adota um procedimento de ranqueamento simplificado, baseado no percentual de acertos dos entes federativos nas verificações. Sua pontuação compõe o Ranking de Qualidade da Informação Contábil-Fiscal do Setor Público, o que conforme Medeiros (2024) vem contribuindo para maior transparência na gestão financeira governamental.

2.4. DESENVOLVIMENTO DAS HIPÓTESES

Diferentes estudos analisaram os fatores que influenciam a transparência pública no Brasil (Silva, Soares e Neto, 2025; Souza, 2023), tais como variáveis fiscais, socioeconômicas e políticas (Caba-Perez et al., 2014; Zuccolotto e Teixeira, 2014), tamanho (Silva et al., 2019; Vieira e De Ávila, 2020), escolaridade (Silva e Bruni, 2019), PIB (Vieira e De Ávila, 2020; Pinho et al., 2023). Estas investigações constataram que municípios com maiores níveis de transparência são os municípios maiores e mais

desenvolvidos (Silva et al., 2019; Vieira e De Ávila, 2020) e que apresentam melhores indicadores socioeconômicos e fiscais (Vieira e De Ávila, 2020). Quanto aos Estados, os aspectos fiscais e socioeconômicos explicam o nível de transparência (Zuccolotto; Teixeira, 2014).

Dentre as pesquisas que investigaram fatores socioeconômicos demográficos e os indicadores de transparência, alguns resultados são conflitantes. Existem evidências de que escolaridade e receita per capita influenciam a transparência pública passiva, medida pela Escala Brasil Transparente (EBT) (Silva e Bruni, 2019) e, por outro lado, existe evidências de que fatores socioeconômicos na divulgação de informações financeiras, tais como educação e população não influenciam significativamente a transparência das contas públicas (Caba-Perez et al., 2014). Em complemento, Caba-Perez et al., (2014) também enfatiza o impacto significativo da dívida na transparência. Entretanto, outras pesquisas constataram que o PIB não parece ser um preditor relevante, ao analisar a transparência em assembleias estaduais, utilizando o Índice de Transparência de Governança Pública (ITGP) (Pinho et al., 2023).

No que tange ao Indicador de Conformidade da Informação Contábil-Fiscal (ICF), ao relacioná-lo com o RNT foram identificadas discrepâncias entre qualidade da informação e transparência pública, sugerindo que a conformidade contábil-fiscal não garante transparência efetiva (Souza, 2023), entretanto, outras pesquisas evidenciaram que transparência municipal e qualidade da informação contábil-fiscal estão interligadas, indicando que baixa divulgação de dados compromete a participação social e o controle da gestão pública (Silva; Soares e Neto, 2025).

Sabendo-se que a transparência governamental visa legitimar as ações dos gestores na administração pública, reduzindo o distanciamento entre os administradores e suas obrigações perante a sociedade, utilizando-se das informações contábeis-fiscais, espera-se que a conformidade fiscal siga o mesmo sentido da transparência diminuindo a assimetria informacional existente entre estes atores sociais e aumentando a confiança nas ações governamentais (Santos et. al., 2021). Neste sentido, serão testadas as seguintes hipóteses.

Com o objetivo de testar a relação da conformidade contábil-fiscal e a harmonia dos entes federativos com relação a Lei de Acesso à Informação, incentivando o controle social e aprimorando mecanismos de transparência pública tem-se que:

Hipótese 1 – Quanto maiores forem os indicadores de conformidade fiscal, maiores são os indicadores da Escala Brasil Transparente (EBT).

Com o objetivo de testar a relação da conformidade contábil-fiscal e os aspectos legais, plataformas de transparência, governança, transparência de dados, transparência administrativa, comunicação, participação social e transformação digital tem-se que:

Hipótese 2 – Quanto maiores forem os indicadores de conformidade fiscal, maiores são os indicadores do Índice de Transparência de Governança Pública (ITGP).

Com o objetivo de testar a relação da conformidade contábil-fiscal e a transparência ativa de órgãos públicos, destacando informações essenciais (execução orçamentária e financeira), obrigatórias (previstas em leis) e recomendadas (boas práticas que devem ser incentivadas) tem-se que:

Hipótese 3 – Quanto maiores forem os indicadores de conformidade fiscal, maiores são os indicadores do Índice do Radar da Transparência Pública (RNTP).

Observada as disparidades regionais, com a devida atenção a indagação de Manoel e Strassburg (2023) e Sánchez, Aceituno, Dominguez (2013), que indicaram que o estudo regionalizado proporcionaria análises mais homogêneas e a obtenção de resultados mais práticos sobre as distribuições de médias dos indicadores de transparência será testada a seguinte hipótese complementar.

Hipótese 4 – A distribuição das médias de transparência e conformidade da informação contábil-fiscal são homogêneas quando observadas por regiões territoriais.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste estudo, a questão em foco requer uma abordagem quantitativa, pois busca responder hipóteses por meio de técnicas de coleta, tratamento e análise de dados predominantemente numéricos e com o uso de análises estatísticas (Sampiere, 2013).

3.1. AMOSTRA

A pesquisa terá como amostra as capitais brasileiras listadas abaixo:

Tabela 1- Capitais brasileiras e suas abrangências populacionais

CAPITAL	UF	Região	População	CAPITAL	UF	Região	População
Aracaju	SE	Nordeste	602.757,00	Manaus	AM	Norte	2.063.689
Belém	PA	Norte	1.303.403,00	Natal	RN	Nordeste	751.300
Belo Horizonte	MG	Sudeste	2.315.560	Palmas	TO	Norte	302.692
Boa Vista	RR	Norte	413.486	Porto Alegre	RS	Sul	1.332.845
Brasília	DF	Centro-Oeste	2.817.381	Porto Velho	RO	Norte	460.434
Campo Grande	MS	Centro-Oeste	898.100	Recife	PE	Nordeste	1.488.920
Cuiabá	MT	Centro-Oeste	650.877	Rio Branco	AC	Norte	364.756
Curitiba	PR	Sul	1.773.718	Rio de Janeiro	RJ	Sudeste	6.211.223
Florianópolis	SC	Sul	537.211	Salvador	BA	Nordeste	2.417.678
Fortaleza	CE	Nordeste	2.428.708	São Luís	MA	Nordeste	1.037.775
Goiânia	GO	Centro-Oeste	1.437.366	São Paulo	SP	Sudeste	11.451.999
João Pessoa	PB	Nordeste	833.932	Teresina	PI	Nordeste	866.300
Macapá	AP	Norte	442.933	Vitória	ES	Sudeste	322.869
Maceió	AL	Nordeste	957.916				

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE¹ (2022)

3.2. DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS DA PESQUISA

O quadro a seguir demonstra as variáveis utilizadas na pesquisa.

Quadro 2- Variáveis de transparência e conformidade da informação governamental

¹ Os dados utilizados foram extraídos do último censo realizado no ano de 2022.

Variável	Tipo de variável	Descrição	Origem	Estudos relacionados
ICF	Independente	Indicador de qualidade contábil-fiscal	SICONFI- STN	Gomes e Silva (2022); Silva (2022); Medeiros (2024)
EBT	Dependente	Escala Brasil Transparente	CGU	Silva et al. (2019);
RNTP	Dependente	Radar Nacional da transparência pública	Associação de Membros dos Tribunais de Contas do Brasil	Souza, 2023
ITGP	Dependente	Índice de Transparência de Governança Pública	Transparência Internacional	Pinho et. al., 2023

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

As variáveis de controle levantadas com base nos estudos anteriores estão dispostas no quadro 4 a seguir:

Quadro 3- Variáveis de controle

Variável	Descrição	Origem	Estudos relacionados
POP EST	População Estimada	IBGE	Zuccolotto e Teixeira (2014); Silva et al. (2019); Vieira, De Ávila (2019)
IDH	Índice de desenvolvimento Humano	PNUD Brasil	Silva; Bruni, 2019; Pinho et. al. (2023); Vieira, De Ávila (2019)
PIB	Produto Interno Bruto	IBGE	Pinho et al. (2023); Vieira, De Ávila (2019)
IFGF	Índice Firjan de Gestão Fiscal	FIRJAN	Pinho et. al. (2023); Vieira, De Ávila (2019)
ESC	Escolaridade	IBGE	Silva e Bruni (2019); Vieira, De Ávila (2019)

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

3.3. TÉCNICA DE ANÁLISE DOS DADOS

Para alcançar os objetivos propostos inicialmente serão investigados as relações existentes entre o ICF (STN) e os demais indicadores de transparência, por meio da análise das médias. Os dados referentes aos indicadores terão como amostra as capitais brasileiras e corresponderão ao ano de 2023, último ano divulgado até a data da coleta.

Em seguida, será testada a existência de correlação das variáveis de transparência (EBT; RNTP; e ITGP) com a variável de conformidade contábil-fiscal (ICF) para, por fim, por meio de regressão por mínimos quadrados ordinários, verificar se existe associação da conformidade da informação contábil sobre a transparência pública das capitais brasileiras mediante a seguinte equação:

$$TRP_i = \alpha + \beta_1 ICF + \beta_2 POP\ EST + \beta_3 PIB + \beta_4 IFGF + \beta_5 ESC$$

Em que:

TRP_i : Indicadores de Transparência a serem testados (EBT; RNTP; ITGP)

ICF : Indicador de Conformidade da Informação Contábil-fiscal

POP EST : População Estimada

PIB : Produto Interno Bruto

IFGF : Índice Firjan de Gestão Fiscal

ESC : Escolaridade da população

Para consolidação da base de dados e tratamentos iniciais dos dados foi utilizado o software Excel®. Para as análises descritivas, médias e estatísticas gerais será utilizado o software jamove®.

4. ANÁLISE DOS DADOS

4.1. ANÁLISE DESCRITIVA

Esta análise se inicia pela apresentação da estatística descritiva geral dos dados das capitais brasileiras que estão demonstradas na tabela 1 (destaca-se que Brasília e Porto Alegre foram retirados da amostra por não possuírem dados divulgados de algumas das variáveis estudadas:

Tabela 1- Estatística Descritiva

	ICF	EBT	RNTP	ITGP
N	25	25	25	25
Omisso	0	0	0	0
Média	0.900	0.870	0.775	0.552
Mediana	0.929	0.895	0.791	0.555
Desvio-padrão	0.0959	0.117	0.157	0.174
AIQ	0.0820	0.201	0.199	0.158
Mínimo	0.682	0.649	0.344	0.310
Máximo	0.997	1.00	1.00	0.986
W de Shapiro-Wilk	0.806	0.885	0.930	0.951
p Shapiro-Wilk	<.001	0.009	0.085	0.263
25º percentil	0.881	0.769	0.689	0.454
50º percentil	0.929	0.895	0.791	0.555
75º percentil	0.963	0.970	0.888	0.612

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Inicialmente, os valores médios dos indicadores demonstram que o ICF apresenta maior média (0.900), enquanto os indicadores de transparência exibem variações, sendo EBT (0.870) o mais elevado e ITGP (0.552) o de menor média. A proximidade entre as médias e medianas sugere que, em geral, os dados possuem uma distribuição relativamente simétrica, especialmente para RNTP e ITGP.

Por outro lado, a dispersão dos dados, mensurada pelo desvio-padrão, indica que ITGP (0.174) e RNTP (0.157) apresentam maior variabilidade, sugerindo diferenças nos níveis de transparência entre os casos analisados. Isso pode estar ocorrendo devido ao formato de mensuração dos indicadores que partem de análises mais subjetivas e gerenciais.

Numa primeira análise o ICF, por sua vez, apresenta a menor variação (0.0959), seguido por EBT (0.117) indicando menor dispersão na distribuição das médias de indicadores formulados a partir de atendimento a conformidades com bases normativas como é o caso do EBT no atendimento da Lei de acesso à informação e o ICF no atendimento da conformidade contábil-fiscal disposta nos normativos contábeis. Entretanto, vale destacar que como os indicadores EBT e ICF não seguem uma distribuição normal ($p < 0.01$) as análises das comparações das médias partirão da mediana e dos 1º e 3º quartis.

Partindo do pressuposto da presença de não normalidade dos dados de ICF e EBT tem-se que a análise por meio da mediana é mais robusta e evidenciou-se que a mediana do ICF é ligeiramente maior que a do EBT, sugerindo que, em geral, os valores dos dados de conformidade da informação contábil-fiscal são mais altos do que os de transparência. Já com relação a amplitude interquartil (AIQ) tem-se que o EBT (0.201) é significativamente maior do que a do ICF (0.082), indicando que os valores de transparência, além de menores, são mais dispersos e variáveis em comparação com os valores de conformidade.

Assim, existem indícios de que a baixa variabilidade do ICF está indicando que o cumprimento das normas contábeis está contribuindo para maior homogeneidade nos registros contábeis-fiscais das capitais brasileiras. Já a maior dispersão nos indicadores de transparência pode refletir diferenças na aplicação de práticas de governança e prestação de contas que propiciam maior subjetividade de análise.

Na tabela 2 será observada se essa distribuição de médias é homogênea quando observada pelo prisma da regionalidade.

Tabela 2 - Estatística Descritiva por região

	Regiões	ICF	EBT	RNTP	ITGP
N	Centro-Oeste	3	3	3	3
	Nordeste	9	9	9	9
	Norte	7	7	7	7
	Sudeste	4	4	4	4
	Sul	2	2	2	2
Média	Centro-Oeste	0.914	0.923	0.844	0.544
	Nordeste	0.899	0.908	0.711	0.545
	Norte	0.864	0.821	0.788	0.418
	Sudeste	0.953	0.803	0.827	0.816
	Sul	0.906	0.927	0.813	0.533
Desvio-padrão	Centro-Oeste	0.0300	0.0666	0.0353	0.0669
	Nordeste	0.121	0.125	0.182	0.149
	Norte	0.108	0.119	0.187	0.120
	Sudeste	0.0492	0.122	0.120	0.116
	Sul	0.0598	0.0460	0.0636	0.0715

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

A análise comparativa das médias dos indicadores ICF, EBT, RNTP e ITGP entre as regiões evidencia diferenças na conformidade contábil-fiscal e nos níveis de transparência.

Inicialmente, observa-se que o Sudeste apresenta a maior média para o ICF (0.953), sugerindo maior conformidade da informação contábil-fiscal nesta região. Em contraste, o Norte registra o menor valor (0.864), indicando possíveis desafios na padronização dessas informações nesta região.

Já para o EBT, o Sul apresenta a maior média (0.927), enquanto o Sudeste tem o menor índice (0.803), indicando possíveis variações regionais na transparência quando medidas por este índice.

Os valores médios do RNTP mostram que o Nordeste tem o menor índice (0.711), enquanto o Centro-Oeste apresenta a maior média (0.844), sugerindo diferenças na prestação de contas entre as regiões.

Por fim, o ITGP apresenta uma das diferenças mais expressivas, com média expressivamente menor na região Norte (0.418), enquanto o Sudeste possui a maior média (0.816), indicando disparidades na governança da informação pública entre as regiões geográficas.

Na análise da dispersão dos dados, por meio dos desvios-padrão, revela-se heterogeneidade nas médias dentro de certas regiões. O ICF no Nordeste (0.121) e no Norte (0.108) apresenta maior variabilidade, o que pode indicar maiores inconsistências na conformidade fiscal entre as capitais destas regiões. Já o EBT no Nordeste (0.125) e no Sudeste (0.122) demonstra maior heterogeneidade na transparência. O RNTP e ITGP também registram alta variabilidade em algumas regiões, reforçando diferenças na forma como a informação pública é gerida e reportada.

Diante desses achados, verifica-se que o indicador de conformidade da informação contábil-fiscal e os indicadores de transparência não apresentam médias homogêneas entre as regiões, indicando que fatores regionais podem estar afetando os resultados destes índices.

A seguir, será testada a existência de relação causa-efeito entre a transparência e a conformidade contábil-fiscal.

4.2. ANÁLISE DE CORRELAÇÕES

Antes de iniciar uma análise de causa-efeito da conformidade contábil-fiscal e a transparência governamental, será observada a existência de correlação entre os indicadores, para isso foi utilizado o teste de Spearman, já que duas das variáveis não possuem distribuição normal, como citado no tópico anterior. A tabela 3 demonstra a matriz de correlação entre as variáveis desta pesquisa.

Tabela 3 - Matriz de Correlações entre as variáveis

	ICF	EBT	RNTP	ITGP
ICF	—			
EBT	0.182	—		
RNTP	0.208	0.238	—	
ITGP	0.523**	0.284	0.557**	—

Nota. * $p < .05$, ** $p < .01$, *** $p < .001$

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Observa-se que o indicador de transparência ITGP apresenta correlações estatisticamente significativas com ICF ($\rho = 0.523$, $p = 0.008$). Tais correlações indicam uma associação positiva entre esses indicadores, podendo sugerir que maiores níveis de ITGP tendem a estar relacionados a um melhor desempenho na conformidade da informação contábil-fiscal.

Por outro lado, as correlações entre EBT e ICF ($\rho = 0.182$, $p = 0.384$), bem como entre RNTP e ICF ($\rho = 0.208$, $p = 0.316$), não apresentaram significância estatística, indicando que não há evidências suficientes para afirmar uma correlação consistente entre esses indicadores dentro da amostra analisada.

4.3. ANÁLISE POR REGRESSÃO

Observados os comportamentos das médias e as evidências de correlação entre o indicador de conformidade contábil-fiscal (ICF) e o indicador de transparência (ITGP), será testado a partir de agora a existência de uma associação entre estas variáveis por meio de uma regressão linear múltipla.

Antes de analisar os resultados da regressão, foram verificados os pressupostos do modelo adotado. A análise dos pressupostos do modelo mostrou que não há problemas de autocorrelação nos resíduos, conforme o teste de Durbin-Watson ($DW = 2.38$, $p = 0.260$). Além disso, os valores do VIF para todas as variáveis estão abaixo de 2, indicando ausência de multicolinearidade significativa. O teste de normalidade de Shapiro-Wilk (estatística = 0.973, $p = 0.715$) também sugere que os resíduos seguem uma distribuição normal, validando a adequação do modelo.

Desta forma, apresenta-se a seguir os resultados da regressão da relação entre ICF e ITGP.

Tabela 4- Regressão linear – ICF x ITGP

Modelo	R	R ²	R ² Ajustado	Teste ao Modelo Global			
				F	gl1	gl2	p
1	0.779	0.607	0.503	5.86	5	19	0.002

Nota. Modelo estimado usando o tamanho da amostra de N=25

Coefficientes do Modelo - ITGP

Preditor	Estimativas	Erro-padrão	t	p
Intercepto	0.2542	0.4026	0.631	0.535
ICF	0.6381	0.2839	2.248	0.037
PIB	6.93e-6	1.91e-6	3.628	0.002
IFGF	-0.1403	0.2261	-0.620	0.542
ESC	-0.0158	0.0121	-1.312	0.205
POP EST	4.98e-9	1.19e-8	0.417	0.681

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025)

Conforme apresentado na Tabela 4, os resultados da regressão indicam um bom ajuste do modelo, conforme evidenciado pelo coeficiente de determinação (R^2) de 0.607 e pelo R^2 ajustado de 0.503. Esses valores sugerem que aproximadamente 60,7% da variação nos indicadores de transparência (ITGP) podem ser explicados pelas variáveis independentes consideradas. O teste F do modelo global ($p = 0.002$) confirma a significância estatística, indicando que ao menos um dos preditores exerce influência significativa sobre a variável dependente.

Dentre as variáveis analisadas, o ICF (Indicadores de Conformidade Contábil-Fiscal) apresentou uma relação estatisticamente significativa com a transparência ($\beta = 0.6381$, $p = 0.037$), sugerindo que uma maior conformidade contábil-fiscal está associada a níveis mais elevados de transparência governamental. Além disso, o PIB demonstrou um efeito positivo e significativo ($\beta = 6.93e-6$, $p = 0.002$), o que indica que o crescimento econômico associado a conformidade da informação contábil pode estar relacionado à melhoria dos indicadores de transparência.

Por outro lado, os preditores IFGF (Índice de Gestão Fiscal), ESC (Escolaridade) e POP EST (População Estimada) não apresentaram significância estatística ($p > 0.05$), sugerindo que essas variáveis podem ter uma relação menos determinante no contexto estudado.

5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Verificou-se neste estudo que a conformidade contábil-fiscal apresenta relação positiva e significativa com a transparência governamental, considerando como amostra as capitais brasileiras, quando observada pelo indicador ITGP o que faz com que a Hipótese 2 desta pesquisa não seja rejeitada. Entretanto, não foi possível confirmar as Hipóteses 1 e Hipótese 3, por ocasião da ausência de correlação entre as variáveis EBT e RNTP com o ICF, que inviabilizaram a indicação de qualquer relação significativa entre as variáveis.

Diferentemente do resultado encontrado por Souza (2023) que concluiu que o cumprimento dos padrões de qualidade da informação contábil e fiscal por parte dos municípios não garante uma transparência efetiva, neste estudo evidenciou-se que a conformidade contábil-fiscal pode apresentar correlação direta e positiva com a transparência, a depender da metodologia de análise adotada pela transparência, o que indica que as informações contábeis são um importante instrumento para alcançar esse objetivo, como também demonstrou a pesquisa de Nascimento, Botelho, Lima (2011)

Este estudo corrobora também com a pesquisa de Pádua (2022) ao passo que indica que o ITGP apresenta uma capacidade informativa a respeito da transparência que não se limita à mensuração da transparência, mas também abrange a promoção da integridade da informação disponibilizada, no acesso à informação, e na melhoria da governança pública, além de atuar no combate à corrupção em diversos níveis da administração.

O ICF neste contexto apresentou um papel significativo, pois está contribuindo para a averiguação da presença da transparência efetiva do indicador ITGP, ao passo que a maior conformidade da informação contábil-fiscal estando alinhada com a maior transparência governamental contribui para que os usuários tenham maior acesso e segurança ao processar, entender e aplicar as informações divulgadas, atendendo ao conceito de adotado Heald (2012) e diminuindo o risco de manipulação da transparência indicados por Bovens (2003), Etzioni (2010) e O'Neill (2002).

Esta pesquisa demonstrou que uma pontuação elevada no índice de transparência ITGP é acompanhada de uma maior conformidade da informação contábil-fiscal, diminuindo o risco do indicador ser meramente o resultado da combinação de tipos de

transparência desejáveis aplicáveis a um contexto social e político específico como indicado por Heald (2006).

Verificou-se que apenas o PIB, como variável socioeconômica de controle apresentou uma relação positiva e significativa, corroborando com os achados de Vieira, De Ávila (2019) e Zuccolotto, Teixeira (2014) que identificaram que maiores indicadores socioeconômicos, fiscais e de gestão apresentam maior média para a transparência pública. Entretanto, tal achado vai de encontro aos achados de Pinho et. al. (2023) que não identificaram relações significantes do PIB com a transparência das assembleias estaduais e distritais brasileiras, com base no mesmo indicador ITGP.

Por fim, esta pesquisa identificou, quanto às distribuições das médias, que embora em uma análise geral o indicador de conformidade contábil-fiscal apresente maior homogeneidade que os indicadores de transparência, quando a análise é feita de forma regional, ambos os indicadores são sensíveis às mudanças regionais, o que faz com que a Hipótese 4 desta pesquisa não pudesse ser confirmada.

Este achado indaga com as observações de Manoel e Strassburg (2023), evidenciando que as variações regionais influenciam diretamente os índices de transparência governamental e conformidade contábil-fiscal. Consequentemente, tais variabilidades devem ser consideradas ao se analisar os fatores explicativos dos dois fenômenos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo principal analisar as relações entre o indicador de conformidade da informação contábil-fiscal (ICF) e as variáveis de transparência das capitais brasileiras.

Os resultados desta pesquisa evidenciam que a conformidade contábil-fiscal, medida pelo Indicador de Conformidade Contábil-Fiscal (ICF), apresenta relação positiva e significativa com a transparência governamental quando observada pelo Índice de Transparência de Governança Pública (ITGP). Esse achado reforça a ideia de que a qualidade da informação contábil, aqui representada pela conformidade contábil-fiscal, pode ser um instrumento efetivo para promover a transparência, corroborando estudos como os de Nascimento, Botelho e Lima (2011) e Pádua (2022). No entanto, a ausência de correlação entre o ICF e os indicadores Escala Brasil Transparente (EBT) e Radar

Nacional da Transparência Pública (RNTP) indicam que a relação entre conformidade e transparência depende fortemente da metodologia adotada para mensuração da transparência.

Os resultados desta pesquisa revelam que, embora o ITGP se destaque por sua capacidade informativa e por promover a integridade e a governança pública, os demais indicadores de transparência podem não capturar com precisão os efeitos da conformidade contábil-fiscal. Isso levanta questionamentos sobre a efetividade e comparabilidade dos instrumentos de avaliação da transparência utilizados no Brasil. A correlação entre conformidade e transparência apenas com o ITGP sugere que rankings podem ser manipuláveis ou insuficientes para refletir o desempenho institucional real. Assim, gestores e analistas devem interpretar esses rankings com cautela, considerando a metodologia por trás de cada indicador. Além disso, a influência do PIB como variável de controle reforça a importância dos fatores socioeconômicos na promoção da transparência, embora esse achado não seja consensual na literatura. Por fim, a sensibilidade regional dos indicadores, destaca a necessidade de considerar as especificidades locais na análise da transparência e da conformidade. Assim, esta pesquisa contribui para o debate sobre a qualidade da informação pública e sugere que a transparência efetiva não pode ser dissociada da consistência técnica e normativa da informação contábil-fiscal.

Diante dos achados desta pesquisa, recomenda-se que estudos futuros adotem abordagens longitudinais para verificar a persistência da relação entre conformidade contábil-fiscal e transparência ao longo do tempo, bem como ampliem a amostra para incluir municípios de diferentes portes e capacidades institucionais. Além disso, é pertinente aprofundar comparações entre os indicadores de transparência utilizados no Brasil, considerando suas metodologias e limitações, e incorporar análises qualitativas que permitam compreender os fatores contextuais que influenciam a efetividade da transparência. A inclusão de novas variáveis socioeconômicas e institucionais, além do PIB, pode enriquecer os modelos explicativos, assim como investigações sobre o impacto da transparência na efetividade da gestão pública. Por fim, sugere-se que futuras pesquisas considerem as especificidades regionais, dada a sensibilidade dos indicadores às variações locais, contribuindo para uma compreensão mais precisa e contextualizada dos fenômenos analisados.

REFERÊNCIAS

- BALDISSERA, Juliano Francisco et al. Determinantes da transparência pública: um estudo em municípios brasileiros sob a ótica da teoria da escolha pública. 2018. 145 p. **Dissertação de mestrado (Programa de Pós-graduação em Contabilidade)**. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel- PR, 2018.
- BOVENS, Marcus Alphons Petrus. De Digitale Republiek: Democratie en rechtsstaat in de informatiemaatschappij. **Amsterdam University Press**, 2003.
- BRANKOVIC, Jelena. Why rankings appear natural (but aren't). **Business & Society**, v. 61, n. 4, p. 801-806, 2022.
- BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Ranking da qualidade da informação contábil e fiscal no SICONFI. Disponível em: <<https://rankingmunicipios.tesouro.gov.br/>>. Acesso em 10 outubro 2024.
- CABA-PEREZ, M. C. Et. al. The determinants of government financial reports online. **Transylvanian Review of Administrative Sciences**, v. 10, n. 42, p. 5-31, 2014.
- CONTROLADORIA GERAL DA UNIAO. Escala Brasil Transparente. Ranking de cumprimento da Lei de Acesso à Informação. 3 ed., 2019. Disponível em: de www.cgu.gov.br/assuntos/transparencia-publica/escalabrasil-transparente/metodologia. Acesso em: 10 de outubro de 2024.
- CRUZ, Cláudia et al. Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 1, p. 153-176, Jan./Feb. 2012.
- CRUZ, Cláudia F. Transparência da gestão pública municipal: referenciais teóricos e a situação dos grandes municípios brasileiros. **Dissertação (mestrado em ciências contábeis)** - Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- DE LIMA, Diana Vaz; GUEDES, Marianne Antunes; SANTANA, Cláudio Moreira. As Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público e a legislação contábil pública brasileira: uma análise comparativa à luz da teoria contábil. **Contabilidade Gestão e Governança**, v. 12, n. 2, 2009.
- EISENHARDT, Kathleen M. Agency theory: An assessment and review. **Academy of management review**, v. 14, n. 1, p. 57-74, 1989.
- ETZIONI, Amitai. Is transparency the best disinfectant?. **Journal of Political Philosophy** 18: 389-404, 2010.
- GAMA, Janyluce Rezende; RODRIGUES, Georgete Medleg. A transparência das contas públicas e o novo padrão internacional da informação contábil governamental. **Informação & Informação**, v. 22, n. 3, p. 234-268, 2017.

GERRING, John; THACKER, Strom C. Political institutions and corruption: The role of unitarism and parliamentarism. **British Journal of Political Science**, v. 34, n. 2, p. 295-330, 2004.

HEALD, David. Varieties of transparency. **Oxford University Press for The British Academy**, 2006.

HEALD, David. Why is transparency about public expenditure so elusive?. **International review of administrative sciences**, v. 78, n. 1, p. 30-49, 2012.

HERBEST, Fabrício G. Regime de competência no setor público: a experiência de implementação de diversos países. **Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Ciências Contábeis (ANPCONT)**, v. 4, 2010.

HOOD, Christopher C. Explaining economic policy reversals. **Open University Press**, 1994.

HOOD, Christopher; HEALD, David (Eds.). Transparency: the key of better governance. Oxford: **Oxford University Press**, 2006.

KLEIN, Carla Regina; DE SOUZA FREIRE, Fátima. Uma análise comparativa dos Indicadores de Transparência aplicados no Brasil. **Revista Contemporânea**, v. 3, n. 5, p. 4037-4068, 2023.

MANOEL, Geovane Teixeira; STRASSBURG, Udo; SERAFIM, Maurício Custódio. Relação de variáveis socioeconômicas e contábeis com os níveis de transparência dos municípios do sul e sudeste do Brasil. **Gestão & Planejamento-G&P**, v. 24, 2023.

MATHESON, Alex; KWON, Hae-Sang. Public sector modernisation: A new agenda. **OECD Journal on Budgeting**, v. 3, n. 1, p. 7-24, 2003.

MEDEIROS, Gustavo Luís Bezerra de. Influência da condição financeira na qualidade da informação contábil dos estados brasileiros. 2024. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal-RN, 2024.

NASCIMENTO, Heriberto; BOTELHO, Ducinéli Regis; LIMA, Diana. Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Governamental: Análise e Comparação das Estruturas das Normas Brasileiras Atuais e Propostas (Convergence to International Governmental Accounting Standards: Analysis and Comparison of Current and Proposed Brazilian Standards). Available at SSRN 2857563, 2011.

O'NEILL, Onora. Reith lectures 2002: a question of trust. Lecture 4: trust and transparency. **BBC Reith Lect**, 2002.

OLIVEIRA, Anderson Carvalho de. Transparência passiva nos pequenos municípios brasileiros: resultados e determinantes. 2016. 37 p. **Dissertação de mestrado** (Programa de Pós-Graduação em Administração Pública em Rede Nacional). Universidade Federal de Viçosa. Viçosa-MG, 2016.

PATTEN, Dennis M. Intra-industry environmental disclosures in response to the Alaskan oil spill: A note on legitimacy theory. **Accounting, organizations and Society**, v. 17, n. 5, p. 471-475, 1992.

- PINHO, Maria Dominguez Costa et al. Transparência e governança pública nas assembleias legislativas: uma análise dos níveis de transparência e das variáveis socioeconômicas estaduais. **Humanidades & Inovação**, v. 10, n. 9, p. 62-76, 2023.
- RAUPP, Fabiano Maury. Realidade da transparência passiva em prefeituras dos maiores municípios brasileiros. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 13, n. 30, p. 34-52, 2016.
- SAMPIERI, R. H; CALLADO, C. F; LUCIO, M. P. B. Metodologia da pesquisa. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.
- SÁNCHEZ, Isabel María Garcia; ACEITUNO, José Valeriano Frias; DOMÍNGUEZ, Luis Rodriguez. Determinants of corporate social disclosure in Spanish local governments. **Journal of Cleaner Production**, v. 39, p. 60-72, 2013.
- SANTOS, Hortência Geórgia dos. Et al. Transparência Pública Passiva: uma análise de seus determinantes no Estado de Minas Gerais. **Revista Mineira de Contabilidade**, v. 22, n. 3, p. 60-71, 2021.
- SHAPIRO, Susan P. Agency theory. *Annu. Rev. Sociol.*, v. 31, n. 1, p. 263-284, 2005.
- SILVA, Maurício Corrêa da et al. Determinantes da transparência municipal: uma análise empírica com municípios brasileiros (Determinants of Municipal Transparency: An Empirical Analysis With Brazilian Municipalities). **Revista Globalizacion, Competitividad y Gobernabilidad**, v. 13, p. 87-100, 2019.
- SILVA, Maysa Alves Correa; SOARES, Cíntia Siqueira Araújo; NETO, João Estevão Barbosa. Qualidade da informação contábil e fiscal no Brasil. **Revista Ambiente Contábil**-Universidade Federal do Rio Grande do Norte-ISSN 2176-9036, v. 17, n. 1, p. 330-347, 2025.
- SILVA, Walber Alexandre de Oliveira e; BRUNI, Adriano Leal. Variáveis socioeconômicas determinantes para a transparência pública passiva nos municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, v. 53, n. 2, p. 415-431, 2019.
- SOL, Daniel Albalade del. The institutional, economic and social determinants of local government transparency. **Journal of economic policy reform**, v. 16, n. 1, p. 90-107, 2013.
- SOUZA, Tayanne Alessa Marinho de. Transparência e qualidade da informação contábil: um estudo nos municípios brasileiros. 2023. 44 p. **Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em ciências contábeis)**, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa-PB, 2023.
- SUCHMAN, Mark C. Managing legitimacy: Strategic and institutional approaches. **Academy of management review**, v. 20, n. 3, p. 571-610, 1995.
- VIEIRA, Michelle Aparecida; DE ÁVILA, Lucimar Antônio Cabral. Nível da transparência pública e as características socioeconômicas dos municípios brasileiros. **Revista de Contabilidade & Controladoria**, v. 11, n. 3, p. 77, 2019.

ZIMMERMAN, Jerold L. The municipal accounting maze: An analysis of political incentives. **Journal of accounting research**, p. 107-144, 1977.

ZUCCOLOTTO, Robson; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. As Causas da Transparência Fiscal: Evidências nos Estados Brasileiros. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, Brasil, v. 25, n. 66, p. 242–254, 2014

Capítulo 2

**Relações do indicador de conformidade contábil (ICF) e a condição financeira das
capitais brasileiras**

**Natal/RN
2025**

RESUMO

Esta pesquisa propõe-se a verificar se há uma relação significativa entre a conformidade contábil-fiscal e a condição financeira das capitais brasileiras, utilizando como métrica as variáveis modelo de Wang, Dennis e Tu. Assim, o estudo busca contribuir para a compreensão do impacto da qualidade da informação contábil na saúde fiscal dos municípios, respondendo a uma lacuna importante na literatura. Os resultados revelam que o ICF não possui associação estatisticamente significativa com os indicadores de liquidez, solvência e desempenho financeiro, conforme o modelo adotado. Tal desconexão sugere que o ICF capta dimensões qualitativas da gestão fiscal — como aderência às boas práticas contábeis e governança— que não se refletem diretamente em métricas quantitativas clássicas. O estudo contribui para o debate sobre os limites dos indicadores contábeis na análise da saúde fiscal dos municípios e reforça a necessidade de abordagens complementares.

Palavras Chave: Condição Financeira Governamental; Conformidade contábil-fiscal; Qualidade da informação Contábil

ABSTRAT

This research aims to determine whether there is a significant relationship between accounting-tax compliance, as measured by the ICF indicator, and the financial condition of Brazilian capital cities, using the Wang, Dennis, and Tu model variables as metrics. Thus, the study seeks to contribute to the understanding of the impact of accounting information quality on the fiscal health of municipalities, addressing a significant gap in the literature. The results reveal that the ICF has no statistically significant association with liquidity, solvency, and financial performance indicators, according to the adopted model. This disconnect suggests that the ICF captures qualitative dimensions of fiscal management—such as adherence to good accounting practices and governance—that are not directly reflected in classic quantitative metrics. The study contributes to the debate on the limits of accounting indicators in analyzing the fiscal health of municipalities and reinforces the need for complementary approaches.

Keywords: Government Financial Condition; Accounting-Tax Compliance; Quality of Accounting Information

1. INTRODUÇÃO

A condição financeira governamental (CFG) é um tema de amplos estudos na literatura nacional e internacional e pauta-se na investigação da capacidade dos gestores de manter o atual nível de serviços, enfrentar desafios econômicos locais e atender às demandas associadas ao crescimento natural, declínio e mudança, ou seja, observa aspectos de resultados da gestão governamental (Groves e Valente, 2003).

Estudos que avaliaram a CFG tiveram, em sua maioria, o propósito de examinar os fatores que influenciam a condição financeira, e a preocupação em classifica-la em escalas mensuráveis com o intuito de auferir a capacidade de um governo de assegurar a sustentabilidade das contas públicas e enfrentar eventuais crises financeiras. No entanto, a mensuração desses indicadores representava um desafio, visto que boa parte da informação governamental disponibilizada partia de dados orçamentários, o que dificultava análises financeiras mais complexas (SCORSONEL; PHERHOPLES, 2010; LIMA; DINIZ, 2016; NOBRE, 2017).

Atualmente, os relatórios financeiros são utilizados por gestores, legisladores, investidores, credores e cidadãos como a principal fonte de dados para acessar a condição financeira dos entes públicos. Com a introdução da contabilidade por competência e a adoção das normas internacionais (IPSAS), observou-se maior padronização e conformidade das informações contábil-fiscais. Isso possibilitou uma maior comparabilidade dos impactos das gestões governamentais locais, especialmente por meio do levantamento dos indicadores da condição financeira governamental (Pina et al., 2009). Esses indicadores funcionam como ferramentas de "performatividade contábil", ou seja, auxiliam no direcionamento de decisões e na fundamentação de escolhas políticas (Bracci et al., 2015).

Portanto, entende-se que quanto mais padronizadas e em conformidade com normativos seja a informação contábil-fiscal que compõe os relatórios financeiros, mais clara seja a análise da performance governamental, proporcionando a construção de indicadores com maior capacidade comparativa em esferas locais e internacionais.

Neste diapasão, muitos modelos de avaliação da condição financeira têm sido utilizados, como os modelos seminais de Brown (1993), Groves & Valente (1986), Hughes & Laverdiere (1986), Wang, Dennis e Tu (2007). Este último, composto por 11

indicadores distribuídos em 4 dimensões relacionadas a fatores financeiros, é um modelo que consegue capturar dimensões de curto, médio e longo prazo da gestão financeira.

Apesar desses avanços, observa-se uma lacuna relevante na literatura quanto à investigação empírica da relação entre a conformidade da informação contábil-fiscal e a condição financeira dos entes públicos. Embora a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) tenha desenvolvido o Indicador de Conformidade Contábil-Fiscal (ICF) como ferramenta para mensurar a qualidade e consistência das informações prestadas pelos entes subnacionais, poucos estudos têm explorado se essa conformidade está associada aos resultados fiscais e a sustentabilidade financeira dos governos locais. Como argumenta Ramsey (2013), a diversidade institucional e a ausência de padrões normativos dificultavam a avaliação comparativa da CFG entre jurisdições, o que reforça a importância de investigar se os avanços na qualidade da informação contábil pode ser um fator relacionado a apresentação de melhores indicadores de saúde fiscal.

Esta pesquisa, portanto, pretende investigar se a conformidade da informação contábil-fiscal apresenta alguma associação com a condição financeira governamental das capitais brasileiras. Para tanto, parte-se do seguinte problema: Existe uma relação significativa entre a conformidade da informação contábil-fiscal e a condição financeira das capitais brasileiras? O objetivo é analisar a associação entre o Indicador de Conformidade Contábil-Fiscal (ICF), calculado pela STN, e a condição financeira dos governos municipais medida pelo modelo de Wang, Dennis e Tu (2007), tendo como objeto de estudo as capitais brasileiras.

Tal estudo se justifica pois conforme Ramsey (2013) medir e avaliar a condição financeira do governo local por vezes pode se tornar um desafio dada a diversidade contextual entre as jurisdições locais, devido a ausência de padrões normativos, as mudanças nas relações intergovernamentais, entre outros. Portanto, verificar se os avanços na conformidade da informação contábil-fiscal apresentam alguma associação a divulgação dos resultados governamentais é essencial para a investigação de fatores que possa influenciar um maior disclosure das informações governamentais.

Do ponto de vista teórico, o estudo contribui para preencher uma lacuna na literatura ao integrar dois campos tradicionalmente analisados de forma separada: a qualidade da informação contábil-fiscal e os indicadores de saúde financeira dos entes públicos. Embora a CFG seja amplamente discutida em modelos clássicos (Brown, 1993; Wang,

Dennis e Tu, 2007), poucos estudos exploram empiricamente se a conformidade com normas contábeis, como mensurada pelo Indicador de Conformidade Contábil-Fiscal (ICF), influencia os resultados fiscais e a sustentabilidade das finanças públicas. Assim, a pesquisa avança no entendimento sobre como a padronização e a qualidade da informação podem impactar a análise da performance governamental.

No campo prático, a pesquisa oferece subsídios para a avaliação da efetividade dos relatórios contábeis como instrumentos de apoio à gestão e à tomada de decisão, especialmente em contextos de crescente demanda por responsabilidade fiscal e transparência. Já no aspecto social, a investigação contribui para o fortalecimento da *accountability* pública, ao explorar se a melhoria na qualidade da informação contábil está associada a uma gestão financeira mais responsável e sustentável. Isso é fundamental para garantir o uso eficiente dos recursos públicos, promover a confiança da sociedade nas instituições e apoiar o controle social sobre a administração pública.

O restante deste capítulo está estruturado da seguinte forma: a próxima seção revisa a literatura, a terceira seção apresenta a metodologia da pesquisa, a quarta seção apresenta a análise, a quinta seção discute os resultados e por fim, a sexta seção apresenta considerações finais e implicações futuras da pesquisa.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1. PADRONIZAÇÃO CONTÁBIL-FISCAL: IMPLICAÇÕES PARA A CONDIÇÃO FINANCEIRA GOVERNAMENTAL

A trajetória da contabilidade pública brasileira foi, historicamente, marcada por uma forte ênfase nos registros orçamentários e de curto prazo, em detrimento da evidenciação patrimonial. Esse modelo tradicional estava estreitamente ligado à exposição política dos gestores e à sua prestação individual de contas, dificultando uma visão mais ampla e qualitativa do patrimônio público (Agostinho; De lima, 2012).

Antes da implementação das normas internacionais, a contabilidade pública nacional carecia de padronização entre os entes federativos, o que comprometia a confiabilidade e a comparabilidade das informações. Essa ausência de uniformidade afetava diretamente o reconhecimento, a mensuração, a apuração, a avaliação e o controle do patrimônio público. Elementos como o momento apropriado para o registro dos eventos, a estrutura de apresentação das demonstrações contábeis e os critérios de

mensuração – tanto qualitativos quanto quantitativos – apresentavam-se como desafios significativos (Agostinho; De Lima, 2012).

Visando superar essas limitações, a contabilidade pública brasileira passou por um processo de convergência às normas internacionais. Esse movimento buscou promover o desenvolvimento das práticas contábeis por meio de reformas normativas nos setores público e privado, com foco na melhoria das auditorias, regulamentações e capacitação profissional. O objetivo central foi ampliar a transparência das informações financeiras utilizadas tanto no mercado quanto na gestão pública, elevando a qualidade das práticas contábeis.

Nesse contexto, foram instituídas as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e Plano de Contas aplicado ao Setor Público (PCASP), instrumentos que estabeleceram diretrizes fundamentais para a padronização e uniformização das informações contábeis governamentais. Tais avanços proporcionaram maior clareza, confiabilidade e consistência aos registros da administração pública.

Associado a esse processo, também tem sido desenvolvido um sistema de custos voltado à avaliação da eficiência da gestão pública, permitindo a identificação dos custos relacionados a programas, projetos e atividades dos entes governamentais. Esse instrumento se configura como relevante mecanismo de transparência dos gastos públicos, sob aspectos quantitativos e qualitativos, além de apoiar a tomada de decisões gerenciais. Silva (2011, p. 08) alerta que “em face da inexistência de uma contabilidade de custos, é possível que os entes públicos estejam gastando cada vez mais recursos e diminuindo, a cada ano, as metas físicas”.

Dessa forma, a conformidade da informação contábil-fiscal no setor público promovida pela convergência às normas internacionais, consolidou-se como um dos pilares fundamentais para os avanços na promoção da transparência, da responsabilidade fiscal e da governança pública. A adoção das NBCASP representou um avanço substancial na qualidade das informações disponibilizadas aos gestores, aos órgãos de controle e à sociedade, favorecendo a prestação de contas e a legitimidade das ações governamentais (Oliveira; Costa, 2022).

Além disso, a padronização contábil e a implementação de sistemas de custos têm permitido uma mensuração mais precisa da eficiência e da eficácia das ações públicas,

viabilizando decisões fundamentadas em dados comparáveis entre os diferentes entes federativos (Oliveira; Costa, 2022). Assim, assegurar a conformidade das informações contábeis no setor público vai além do simples cumprimento normativo: trata-se de uma ferramenta estratégica essencial ao planejamento, ao controle e à consolidação de políticas públicas comprometidas com a transparência e com os resultados governamentais.

A consolidação da padronização contábil-fiscal e a busca por maior transparência na gestão pública não apenas aprimoraram a qualidade e a comparabilidade das informações contábeis, como também estabeleceram as bases para análises mais robustas sobre a condição financeira dos entes governamentais (Nobre; Diniz; de araujo, 2019). Com a melhoria nos registros patrimoniais e no controle de custos, tornou-se possível avaliar de forma mais acurada a sustentabilidade fiscal e a capacidade dos governos em manter seus serviços ao longo do tempo (Gomes et al., 2019). Nesse sentido, os avanços na contabilidade pública criaram o ambiente propício para o desenvolvimento e a aplicação de modelos que buscam mensurar a condição financeira governamental, instrumento essencial para o planejamento estratégico, a prevenção de crises e o fortalecimento da governança (Nobre; Diniz; De Araujo, 2019).

2.2. CONDIÇÃO FINANCEIRA GOVERNAMENTAL: MODELOS E INFLUÊNCIAS

Autores como Nobre, Diniz e De Araujo (2019) indicam que os relatórios contábeis na iniciativa governamental funcionam como instrumentos sociais, políticos e econômicos. Em busca de permanecer no poder, os gestores frequentemente tentam convencer os cidadãos de suas realizações, muitas vezes ocultando fatos relevantes que podem estar relacionados à ineficiência de sua gestão.

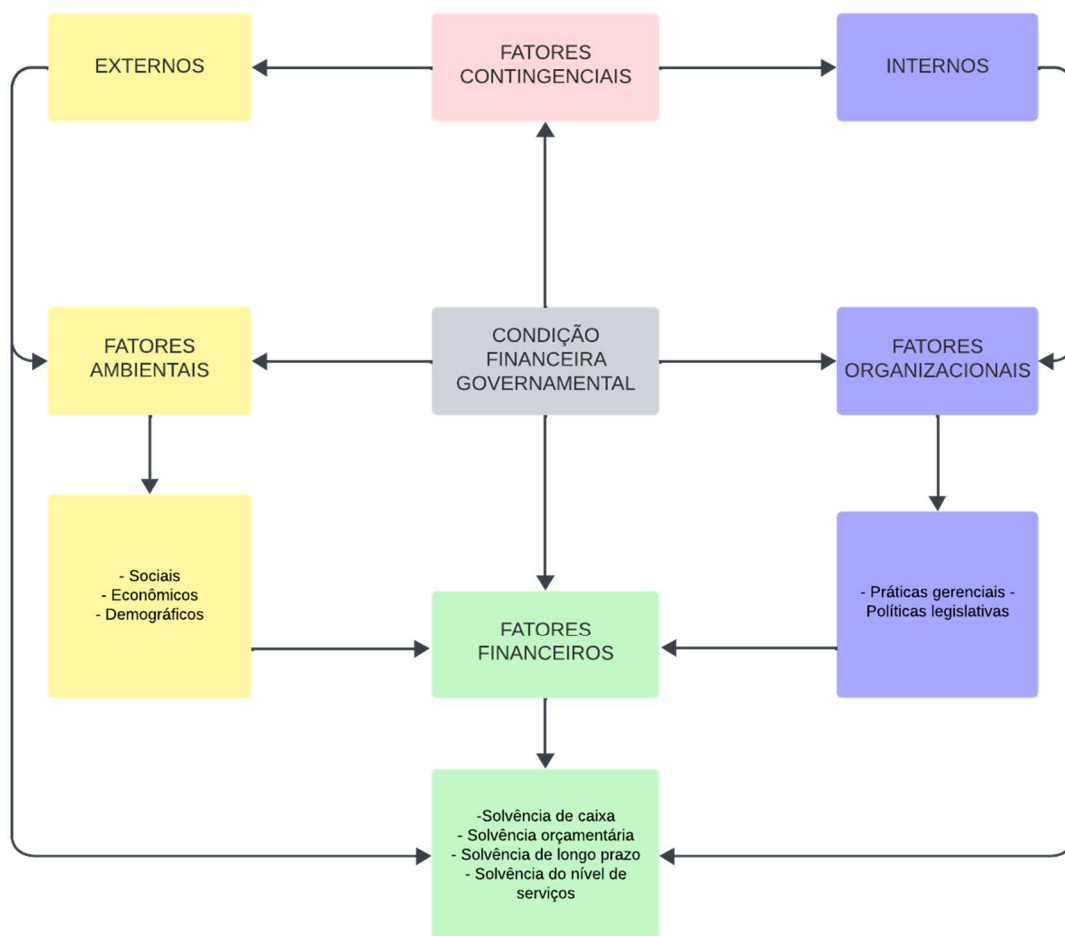
A condição financeira, nesse sentido, é uma ferramenta de controle, já que o indicativo de uma boa condição financeira sugere um maior preparo para crises financeiras e recessões locais e regionais. Nesse caso, mesmo diante de uma queda de arrecadação, por exemplo, o nível de serviços essenciais é mantido. Através do estudo da condição financeira os gestores podem observar os sinais de eventos que podem afetar a continuidade dos serviços com antecedência, e adotar medidas para resolver a situação (Lima; Diniz, 2016).

Na concepção da *International City/County Management Association* (ICMA) a boa condição financeira é pautada na capacidade de um governo financiar os seus serviços de forma contínua, incluindo a capacidade de um governo manter os níveis de serviço existentes, resistir a riscos sistemáticos e não sistemáticos e satisfazer as exigências da mudança natural ao longo do tempo (Nollenberger, 2003). Sua análise baseia-se em uma metodologia que inclui mais de 40 indicadores financeiros e ambientais. Esses indicadores refletem tanto as dimensões da condição financeira quanto as dimensões que afetam essa condição. Além disso, a metodologia leva em consideração fatores como o contexto temporal, o ambiente, as relações multidimensionais e as obrigações implícitas e explícitas. (Berne; Schramm, 1986).

Entretanto, conforme observado por Groves, Godsey e Shulman (1981), à medida em que o número de indicadores aumenta e quando elementos ambientais são incorporados, a complexidade do modelo também cresce. No entanto, paradoxalmente, a utilidade desse modelo para comunicar a situação financeira a uma ampla gama de partes interessadas diminui, pois, a disponibilidade de tantos indicadores requer maior capacidade organizacional e compromisso para lidar com essa complexidade. Por este motivo o modelo ICMA é comumente utilizado pelos governos locais de maior dimensão e de maior capacidade informativa e de transparência.

Um segundo modelo utilizado em pesquisas de condição financeira governamental é o proposto por Brown (1993), conhecido como o modelo dos 10 points. Este modelo é utilizado para avaliar a condição financeira de curto prazo para pequenos municípios. Conforme o autor ele é limitado à análise daqueles municípios que possuem até 100 mil habitantes.

Lima e Diniz (2016) observaram que, independentemente do modelo adotado, a condição financeira não se resume a uma única dimensão. Pelo contrário, ela é composta por uma variedade de variáveis, abrangendo tanto indicadores de boa, quanto de má situação financeira, sendo uma análise complexa envolvendo fatores financeiros, ambientais e organizacionais e fatores contingentes externos e internos (Souza *et. al.*, 2023).

Figura 1- Dimensões da Condição Financeira Governamental

Fonte: Adaptado de Lima e Diniz (2016) e Souza *et. al.* (2023)

De acordo com Groves e Valente (2003) os fatores financeiros são resultados da influência dos fatores ambientais e organizacionais e podem ser observados sobre a perspectiva de quatro aspectos fundamentais: Solvência de Caixa; Solvência orçamentária; Solvência de longo prazo e Solvência do nível de serviços. Envolvem aspectos como o equilíbrio fiscal, a sustentabilidade da dívida pública, a alocação eficiente dos recursos públicos, a arrecadação tributária, o controle dos gastos públicos, entre outros. Esses fatores são essenciais para proporcionar o bem-estar social, através de uma melhor qualidade na prestação do serviço público. Contudo, esses indicadores estão sujeitos a influências de fatores contingenciais internos e externos, os quais podem afetar positiva ou negativamente a situação financeira da entidade pública. (Lima; Diniz, 2016; Fiirst; Beuren, 2021; Souza *et. al*, 2023).

Baseado na perspectiva dos fatores financeiros o modelo Wang, Dennis e Tu (2007), composto por 11 indicadores, se organiza nas 4 dimensões relacionadas a fatores

financeiros, sendo um modelo que consegue capturar dimensões de curto, médio e longo prazo da gestão financeira, revelando possíveis diferenças no comportamento do gestor em relação ao horizonte temporal.

A diversidade de abordagens, como as propostas por ICMA, Brown e Wang, Dennis e Tu, evidencia que não há uma fórmula única para avaliar a saúde financeira de uma entidade governamental. Cada modelo traz contribuições específicas, mas também limitações que devem ser consideradas à luz do contexto local e da capacidade institucional. Assim, a análise da condição financeira torna-se um exercício estratégico, capaz de orientar decisões mais conscientes, promover maior transparência e fortalecer a confiança entre governo e sociedade.

2.3. LEVANTAMENTO DA HIPÓTESE DA PESQUISA

A sustentabilidade das finanças públicas locais tem sido tema recorrente na literatura nacional e internacional, especialmente diante do desafio de garantir a continuidade da oferta de serviços públicos com responsabilidade fiscal. No Brasil, esse debate ganha relevância à medida que se observa uma crescente preocupação com a padronização das práticas contábeis e a melhoria da governança pública local (Salustino; 2022).

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) introduziu o Indicador de Conformidade Contábil-Fiscal (ICF) como parte do processo de avaliação da qualidade da informação contábil e da aderência dos entes subnacionais às normas do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). O ICF abrange dimensões como consistência de saldos contábeis, compatibilidade entre demonstrativos fiscais e registros contábeis, e cumprimento de prazos legais. Segundo a STN (2024), “o ICF reflete o grau de conformidade das informações prestadas pelos entes federativos, permitindo uma melhor avaliação da sua situação fiscal e contábil”.

Além disso, há evidência de que a transparência fiscal e a adoção de boas práticas contábeis estão positivamente associadas a melhores resultados financeiros (De Lima et. al., 2019). Nesse sentido, o ICF poderia ser interpretado como uma proxy da qualidade contábil e da governança fiscal, cujos efeitos sobre a CFG merecem ser analisados de forma empírica.

Desta forma, temos a seguinte Hipótese de pesquisa:

H1- Maiores níveis de conformidade contábil-fiscal estão associados a melhores indicadores de condição financeira governamental

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1. AMOSTRA

A pesquisa terá como amostra as capitais brasileiras listadas abaixo:

Tabela 1- Capitais brasileiras e suas abrangências populacionais

CAPITAL	UF	Região	População	CAPITAL	UF	Região	População
Aracaju	SE	Nordeste	602.757,00	Manaus	AM	Norte	2.063.689
Belém	PA	Norte	1.303.403,00	Natal	RN	Nordeste	751.300
Belo Horizonte	MG	Sudeste	2.315.560	Palmas	TO	Norte	302.692
Boa Vista	RR	Norte	413.486	Porto Alegre	RS	Sul	1.332.845
Brasília	DF	Centro-Oeste	2.817.381	Porto Velho	RO	Norte	460.434
Campo Grande	MS	Centro-Oeste	898.100	Recife	PE	Nordeste	1.488.920
Cuiabá	MT	Centro-Oeste	650.877	Rio Branco	AC	Norte	364.756
Curitiba	PR	Sul	1.773.718	Rio de Janeiro	RJ	Sudeste	6.211.223
Florianópolis	SC	Sul	537.211	Salvador	BA	Nordeste	2.417.678
Fortaleza	CE	Nordeste	2.428.708	São Luís	MA	Nordeste	1.037.775
Goiânia	GO	Centro-Oeste	1.437.366	São Paulo	SP	Sudeste	11.451.999
João Pessoa	PB	Nordeste	833.932	Teresina	PI	Nordeste	866.300
Macapá	AP	Norte	442.933	Vitória	ES	Sudeste	322.869
Maceió	AL	Nordeste	957.916				

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE² (2022)

A escolha por investigar as capitais brasileiras se justifica por sua relevância econômica, política e administrativa no cenário nacional. As capitais concentram maior volume de receitas e despesas, exercem influência regional significativa e tendem a apresentar maior complexidade na prestação de serviços públicos e na formulação de políticas públicas. Além disso, possuem maior capacidade institucional e, geralmente,

² Os dados utilizados foram extraídos do último censo realizado no ano de 2022.

maior grau de transparência e estrutura administrativa, o que permite uma análise mais robusta e confiável dos dados financeiros (Araújo et al., 2023).

Este estudo tem como propósito examinar a relação entre o Indicador de conformidade contábil-Fiscal (ICF) e variáveis representativas da condição financeira governamental. Para isso, foram adotados procedimentos estatísticos não paramétricos, considerando características específicas da amostra, como reduzido número de observações, presença de outliers e ausência de linearidade entre os dados.

3.2. DELIMITAÇÃO DAS VARIÁVEIS

As variáveis da condição financeira foram selecionadas com base no modelo Wang, Dennis e Tu (2007) que agrupa 11 indicadores em quatro dimensões analíticas: (i) solvência de caixa; (ii) solvência orçamentária; (iii) solvência de longo prazo; e (iv) solvência de serviços.

Quadro 4- Variáveis da condição financeira governamental

ID	Indicador	Sigla	Definição	Dimensão	Significado
1	Cash ratio	Cash ratio	$(\text{Caixa} + \text{equivalente de caixa} + \text{investimentos}) / \text{Passivo circulante}$	Solvência de Caixa	Maior resultado indica maior solvência de caixa
2	Quick ratio	Quick ratio	$(\text{Caixa} + \text{equivalente de caixa} + \text{investimentos} + \text{contas a receber}) / \text{Passivo circulante}$	Solvência de Caixa	Maior resultado indica maior solvência de caixa
3	Current ratio	Current ratio	$\text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$	Solvência de Caixa	Maior resultado indica maior solvência de caixa
4	Operating ratio	Operating ratio	$\text{Total de receitas} / \text{Total de despesas}$	Solvência Orçamentária	Índice acima de 1 indica solvência orçamentária
5	Surplus (deficit) per capita	Surplus(def.)pc	$\text{Variação patrimonial} / \text{População}$	Solvência Orçamentária	Proporção positiva indica solvência Orçamentária

6	Net asset ratio	Net asset ratio	Patrimônio líquido/total de ativos	Solvência de Longo Prazo	Maior razão indica maior solvência de longo prazo
7	Long-term liability	Long-term liability	Passivo não circulante/ Ativo total	Solvência de Longo Prazo	Menor proporção indica maior solvência de Longo prazo
8	Long-term liability per capita	Long-term liability pc	Passivo não circulante/ População	Solvência de Longo Prazo	Menores valores indicam maior solvência de longo prazo
9	Tax per capita	Tax pc	Total de impostos/ População	Solvência de Serviço	Imposto per capita mais alto indica uma carga tributária mais alta para os residentes e uma menor solvência do nível de serviço
10	Revenue per capita	Revenue pc	Total de receitas/ População	Solvência de Serviço	Maior receita per capita indica uma maior carga de receita para um residente pagar e menor solvência de nível de serviço
11	Expenses per capita	Expenses pc	Total de despesas/ População	Solvência de Serviço	Despesas mais altas per capita indicam um governo mais caro e menor solvência de nível de serviço para sustentar esse nível de despesa

Fonte: Wang, Dennis e Tu (2007, p. 8)

Os dados financeiros do modelo de condição financeira, bem como a variável indicadora da conformidade contábil-fiscal (ICF) serão coletados a partir do sistema de informações contábeis e fiscais do setor público- Siconf, já os dados demográficos (população) serão coletados a partir do site do IBGE.

Os dados financeiros que compõe os indicadores da condição financeira referem-se ao ano de 2023, visto que eram os dados mais atuais disponíveis na data da coleta, bem como os valores do índice ICF. Valores de população dizem respeito ao último censo realizado em 2022.

3.3. TÉCNICA ESTATÍSTICA APLICADA

Considerando o tipo dos dados e as características da amostra, foi empregado o coeficiente de correlação tau-b de Kendall — apropriado para dados ordinais e robusto frente a distribuições não normais. Esse método avalia a concordância entre pares de observações, permitindo identificar relações monotônicas sem exigir linearidade ou homocedasticidade, sendo adequado para amostras menores.

O procedimento metodológico adotado envolveu os seguintes passos:

- 1- Identificação dos pares de variáveis a serem correlacionados (ICF × indicadores da dimensão observada);
- 2- Cálculo do coeficiente de correlação tau-b de Kendall para cada par;
- 3- Verificação da significância estatística dos resultados (p-valor), utilizando nível de significância de 5%;
- 4- Interpretação dos coeficientes obtidos quanto à força e direção da correlação.

4. ANÁLISE DOS DADOS

4.1. ANÁLISE DESCRITIVA

Esta análise se inicia pela apresentação da estatística descritiva geral dos dados das capitais brasileiras que estão demonstradas na tabela 1:

Tabela 1 -Estatística Descritiva

	N	Média	Mediana	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
ICF	26	0.9029	0.932	0.0949	0.682	0.997
CASH RATIO	26	8.3073	4.072	14.4792	0.351	74.047
QUICK RATIO	26	8.3131	4.072	14.5013	0.353	74.170
CURRENT RATIO	26	11.4324	4.664	20.5784	0.564	103.925
OPERATING RATIO	26	1.0773	1.062	0.0763	0.944	1.254
Surplus (deficit) per capita	26	-483.1468	131.743	2296.6719	-7543.31	2363.280
Net asset ratio	26	-0.0120	0.386	0.9359	-2.848	0.822
Long-term liability	26	0.9001	0.404	0.9063	0.159	3.702
Long-term liability per capita	26	7227.16	6628.95	5489.3425	1089.341	18877.089
Tax per capita	26	1745.223	1585.14	937.8763	484.714	4395.052

Tabela 1 -Estatística Descritiva

	N	Média	Mediana	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
Revenue per capita	26	5958.498	5459.66	1483.9985	3834.955	10051.024
Expenses per capita	26	5557.032	5313.22	1414.4260	3364.375	8980.582

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

A análise descritiva dos indicadores das 26 capitais revela padrões de liquidez, estrutura patrimonial e desempenho fiscal heterogêneos. Os dados foram examinados quanto à média, mediana, desvio-padrão, valores mínimos e máximos, permitindo inferências preliminares sobre distribuição, assimetria e dispersão.

Os índices de liquidez — *Cash Ratio*, *Quick Ratio* e *Current Ratio* — apresentaram médias elevadas (acima de 8), mas acompanhadas de grandes desvios-padrão (superiores a 14), evidenciando forte variabilidade entre as capitais. A discrepância entre média e mediana reforça a presença de assimetria positiva, indicando que poucos municípios concentram valores elevados, o que pode distorcer a média geral.

O *Operating Ratio* demonstrou menor variabilidade (desvio-padrão de 0,0763), sugerindo uma relação estável entre receitas e despesas operacionais, condizente com práticas administrativas consistentes. A variável *Superavit/Déficit per capita* mostrou média negativa (-483,15) e mediana positiva (131,74), com desvio-padrão elevado (2296,67), indicando distribuição assimétrica e ampla dispersão. Tal padrão sugere que embora a maioria dos municípios (14) apresente resultados fiscais positivos, há casos extremos de déficit que influenciam negativamente a média. O *Net Asset Ratio* apresentou média negativa (-0,012) e valores extremos (mínimo de -2,848), com alta variabilidade, o que denota fragilidade patrimonial em parte dos entes analisados. Já os indicadores de *Long-term Liability*, em valores absolutos e per capita, também exibem alta dispersão, evidenciando diferenças expressivas na política de endividamento entre os municípios.

As variáveis relacionadas de solvência de serviços — *Tax per capita*, *Revenue per capita*, *Expenses per capita* — apresentaram distribuição mais homogênea, com medianas relativamente próximas às médias, embora a receita ainda tenha uma amplitude considerável (mínimo de 3834,96 e máximo de 10051,02). O comparativo entre receita e despesa sugere um leve superávit médio, reforçando a indicação de busca de equilíbrio fiscal na maioria dos municípios.

Já o Indicador de Conformidade Contábil Fiscal (ICF) revela um cenário de comprometimento das capitais com as normas fiscais e contábeis. Com média de 0,9029 e mediana de 0,9320, observa-se que a maioria dos entes apresenta desempenho superior à média, refletindo consistência nas práticas de gestão fiscal. O desvio-padrão de 0,0949 indica baixa dispersão entre os dados, sugerindo homogeneidade no nível de conformidade. Mesmo o menor valor registrado (0,6820) demonstra que não há casos críticos entre os municípios analisados.

Assim, verifica-se que elevados índices de liquidez contrastam com sua alta dispersão, revelando concentração de recursos em poucos entes, enquanto a estabilidade do *Operating Ratio* sugere maturidade administrativa em parte dos municípios. A assimetria dos resultados fiscais per capita e a fragilidade patrimonial apontada pelo *Net Asset Ratio* evidenciam desafios quanto à equidade e sustentabilidade financeira. Por outro lado, a conformidade contábil fiscal, mensurada pelo ICF, se destaca como um ponto positivo, sinalizando compromisso institucional com as normas vigentes, mesmo diante das discrepâncias financeiras. Esses achados evidenciam a coexistência de avanços técnicos da informação contábil, porém desenvolvidos em um contexto de vulnerabilidades estruturais.

4.2. ANÁLISE DE INTERAÇÕES ENTRE VARIÁVEIS

Abaixo foi elaborado um quadro evidenciando as possíveis interações dos indicadores de condição financeira e o ICF.

Quadro 1- Interações das variáveis Condição Financeira com o ICF

Variável de condição financeira	Comportamento da variável	interação com o ICF
Cash ratio, Quick ratio, Current Ratio	Alta assimetria, valores extremos em poucos municípios	Indicativo de que alta liquidez não garante alta conformidade contábil-fiscal;
Operating Ratio	Distribuição estável e próxima da normal	Gestão equilibrada de receitas/despesas parece favorecer o desempenho do ICF
Surplus (deficit) per capita	Média negativa e elevada dispersão	ICF permanece elevado mesmo com déficit; indicativo de que conformidade independe do resultado fiscal

Net Asset Ratio; Long-term liability;	Indicam fragilidade patrimonial e variações no endividamento	Mesmo com situação patrimonial ruim, ICF não sofre queda proporcional
Revenue per capita e Expenses per capita	Distribuição mais uniforme entre municípios	Gestão fiscal equilibrada pode estar correlaciona com bons níveis de conformidade contábil-fiscal.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Desta análise inicial há indícios que o Indicador de Conformidade Contábil Fiscal (ICF) mostra-se menos conexo aos resultados financeiros imediatos e mais influenciado pela qualidade da gestão orçamentária adotada pelos municípios, devido ao comportamento das suas distribuições de médias. Cruzamentos com variáveis como liquidez e variações patrimoniais revelam que altos saldos em caixa ou déficits fiscais parecem não apresentar relação com o ICF.

Além disso, mesmo municípios com fragilidade patrimonial ou elevados passivos de longo prazo mantêm bons desempenhos no ICF, o que abre margem para discussões de que outros fatores para além da conformidade normativa contábil podem ser mais proeminentes para os previsões da condição financeira governamental, destacando que a resiliência institucional e o compromisso com boas práticas contábeis independem de adversidades estruturais presentes em cada capital estudada. A regularidade contábil reflete, portanto, mais o engajamento dos gestores em manter transparência e controle fiscal do que a situação econômica momentânea.

4.3. ANÁLISE DE CORRELAÇÕES

Para um aprofundamento desta análise preliminar, será verificada a presença de correlação entre o ICF e as variáveis de condição financeira, separadas em suas quatro dimensões. Para isso, foi aplicado o teste de tau-b de Kendall, visto que os dados estão distribuídos em uma amostra pequena e apresentam forte presença de outlier, além de não serem lineares.

4.3.1. Análise das Correlações entre o ICF e os Indicadores de Solvência de Caixa

A presente análise investigou a existência de relações estatisticamente significativas entre o ICF e os três indicadores de solvência de caixa: *Cash Ratio*, *Quick Ratio* e *Current Ratio*.

Tabela 2 – Correlação ICF x Dimensão de Solvência de Caixa

		ICF	CASH RATIO	QUICK RATIO	CURRENT RATIO
ICF	Tau-B de Kendall	—			
	p-value	—			
CASH RATIO	Tau-B de Kendall	0.164	—		
	p-value	0.242	—		
QUICK RATIO	Tau-B de Kendall	0.164	1.000	—	
	p-value	0.242	<.001	—	
CURRENT RATIO	Tau-B de Kendall	0.133	0.876	0.876	—
	p-value	0.343	<.001	<.001	—

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Os resultados indicam que o ICF não possui correlação estatisticamente significativa com os indicadores de liquidez analisados, dado que todos os p-valores associados são superiores ao nível usual de significância de 0,05. Apesar dos coeficientes positivos sugerirem uma tendência de associação, a ausência de significância estatística impede generalizações inferenciais. Por outro lado, observam-se correlações robustas entre os próprios indicadores de liquidez. Em especial, destaca-se a correlação perfeita ($\tau = 1.000$) entre *Cash Ratio* e *Quick Ratio*, indicando elevada redundância informativa entre essas métricas. As correlações fortes com o *Current Ratio* também reforçam a ideia de que os três indicadores capturam dimensões similares da liquidez governamental, sugerindo que seu uso conjunto em modelos pode ser excessivamente colinear.

4.3.2. Análise das Correlações entre o ICF e os Indicadores de Solvência Orçamentária

A seguir, será investigada a existência de relações estatisticamente significativas entre o ICF e os dois indicadores de solvência orçamentária: *Operating Ratio* e *Surplus (déficit) Ratio*.

Tabela 3 - Correlação ICF x Dimensão de Solvência Orçamentária

		ICF	OPERATING RATIO	Surplus déficit per capta
ICF	Tau-B de Kendall	—		
	p-value	—		
OPERATING RATIO	Tau-B de Kendall	0.219	—	
	p-value	0.117	—	
Surplus déficit per capta	Tau-B de Kendall	-0.028	0.232	—
	p-value	0.843	0.098	—

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Os resultados indicam que o ICF possui correlação fraca e não significativa com o *Operating Ratio* ($\tau = 0.219$; $p = 0.117$), sugerindo uma possível tendência positiva, porém sem respaldo estatístico suficiente para inferências confiáveis. Já a associação entre ICF e *Surplus/Deficit Per Capita* é quase nula e negativa ($\tau = -0.028$; $p = 0.843$), indicando ausência de relação entre o ICF e os resultados fiscais per capita. Por fim, a correlação entre o *Operating Ratio* e o *Surplus/Deficit Per Capita* apresenta um resultado próximo à significância estatística ($\tau = 0.232$; $p = 0.098$), o que sugere que o desempenho operacional evidenciado em variáveis orçamentárias pode estar relativamente alinhado com os saldos orçamentários, ainda que a evidência não seja conclusiva.

4.3.3. Análise das Correlações entre o ICF e os Indicadores de Solvência de longo prazo

A seguir, será investigada a existência de relações estatisticamente significativas entre o ICF e os três indicadores de solvência de longo prazo: *Net asset ratio*, *Long term liability* e *Long term liability per capita*.

Tabela 4- Correlação ICF x Dimensão de Solvência de longo prazo

		ICF	Net asset ratio	Long term liability	Long term liability pc
ICF	Tau-B de Kendall	—			
	p-value	—			
Net asset ratio	Tau-B de Kendall	0.046	—		
	p-value	0.760	—		
Long term liability	Tau-B de Kendall	-0.028	-0.858	—	
	p-value	0.861	<.001	—	
Long term liability pc	Tau-B de Kendall	0.126	-0.471	0.551	—
	p-value	0.382	<.001	<.001	—

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

O ICF mostra correlações fracas ou nulas com todas as variáveis da dimensão de longo prazo, e nenhuma alcança significância estatística ($p > 0.38$). Isso indica que, dentro desta amostra, a conformidade contábil-fiscal não está associado de forma relevante à estrutura de endividamento ou patrimônio líquido.

4.3.4. Análise das Correlações entre o ICF e os Indicadores de Solvência de serviço

A seguir, será investigada a existência de relações estatisticamente significativas entre o ICF e os três indicadores de solvência de serviço: *Tax per capita*, *Revenue per capita* e *Expenses per capita*.

Tabela 5- Correlação ICF x Dimensão de Solvência de serviços

		ICF	Tax per capita	Revenue per capita	Expenses per capita
ICF	Tau-B de Kendall	—			
	p-value	—			
Tax per capita	Tau-B de Kendall	0.212	—		
	p-value	0.135	—		
Revenue per capita	Tau-B de Kendall	0.151	0.643	—	
	p-value	0.293	<.001	—	
Expenses per capita	Tau-B de Kendall	0.126	0.705	0.877	—
	p-value	0.382	<.001	<.001	—

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025)

Por fim, o ICF mostra correlações positivas, porém fracas com todas as variáveis de solvência de serviços, porém, sem significância estatística. Isso sugere que o comportamento do índice de conformidade contábil-fiscal pode estar operando de forma autônoma em relação à arrecadação e despesa por habitante. Já os indicadores fiscais entre si apresentam correlações robustas, revelando uma relação estrutural forte entre arrecadação e despesa. O elo entre Revenue per capita e Expenses per capita ($\tau = 0.877$) reforça a ideia de que municípios com maior arrecadação tendem a também ter maiores gastos per capita — reflexo de um ciclo orçamentário sincronizado.

5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Verificou-se neste estudo que a conformidade contábil-fiscal não apresenta associação significativa com a condição financeira governamental, considerando como amostra as capitais brasileiras, quando observada pelo modelo de Wang, Dennis e Tu (2007) o que faz com que a Hipótese desta pesquisa seja rejeitada.

De um modo geral, os resultados apontam que o ICF apresenta independência analítica em relação às métricas de solvência apresentadas pelo modelo clássico de condição financeira adotado. As correlações observadas com os indicadores de liquidez, solvência orçamentária, Solvência de longo prazo, e de serviço são predominantemente

fracas e não significativas, o que sinaliza que o ICF não está diretamente associado à performance financeira. Essa desconexão estatística sugere que o ICF pode captar aspectos qualitativos da gestão fiscal — como o grau de aderência às boas práticas contábeis, à transparência e à consistência informacional — que não se refletem plenamente em indicadores quantitativos clássicos da condição financeira governamental. Por outro lado, a forte correlação entre os indicadores tradicionais entre si reforça a existência de sobreposição informacional, o que pode indicar riscos de colinearidade em modelos explicativos.

Diferentemente dos achados de De Lima et. al., 2019, que vislumbraram que práticas contábeis estariam positivamente associadas a melhores resultados financeiros, os achados desta pesquisa indicaram que o mais próximo de uma associação significativa entre a conformidade contábil e a condição financeira governamental ocorreu com variáveis orçamentárias, o que demonstra que os avanços na qualidade da informação contábil ainda não são tão observáveis sobre os resultados governamentais, quando em aspectos de análises patrimoniais, o que deve-se a diferença de maturidade e organização financeira de cada capital brasileira, que tornam os resultados discrepantes entre cada ente.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a associação entre o Indicador de Conformidade Contábil-Fiscal (ICF), calculado pela STN, e a condição financeira dos governos municipais medida pelo modelo de Wang, Dennis e Tu (2007), tendo como objeto de estudo as capitais brasileiras.

Os resultados desta pesquisa indicam que a conformidade contábil-fiscal, mensurada pelo Indicador de Conformidade Contábil-Fiscal (ICF), não apresenta associação significativa com a condição financeira governamental das capitais brasileiras. Embora o ICF represente avanços na qualidade e padronização das informações contábeis, ele não se traduz diretamente em melhores indicadores de solvência, liquidez ou sustentabilidade fiscal. As correlações observadas foram predominantemente fracas e estatisticamente não significativas, sugerindo que o ICF pode captar dimensões qualitativas da gestão fiscal — como aderência às normas contábeis e consistência informacional — que não são plenamente refletidas nos indicadores financeiros tradicionais.

A associação ICF x Condição financeira por ser limitada pode estar condicionada a fatores como a maturidade institucional e a organização financeira dos entes públicos. A maior proximidade entre o ICF e variáveis orçamentárias, em detrimento das patrimoniais, reforça a ideia de que os avanços na conformidade contábil ainda não impactam de forma homogênea os resultados financeiros, especialmente em contextos de alta heterogeneidade entre as capitais. Assim, os resultados sugerem a necessidade de uma abordagem mais integrada e contextualizada na avaliação da saúde financeira dos governos locais, considerando não apenas os aspectos normativos da informação contábil, mas também as capacidades institucionais e os desafios específicos de cada ente federativo.

Diante da desconexão estatística observada entre o Indicador de Conformidade Contábil-Fiscal (ICF) e os indicadores clássicos de condição financeira, recomenda-se que futuras pesquisas explorem modelos alternativos de avaliação da saúde fiscal que incorporem variáveis qualitativas, como práticas de governança, transparência e capacidade institucional. Estudos longitudinais também podem ser úteis para verificar se a conformidade contábil-fiscal exerce influência sobre a condição financeira ao longo do tempo, especialmente em contextos de crise ou mudança de gestão. Além disso, investigações que segmentem os entes públicos por nível de maturidade contábil ou por região podem revelar padrões ocultos que não se manifestam em análises agregadas. A inclusão de variáveis institucionais e contextuais, como estrutura administrativa, grau de autonomia financeira e presença de mecanismos de controle social, pode enriquecer os modelos explicativos e oferecer uma visão mais abrangente sobre os fatores que influenciam a performance financeira dos governos locais.

REFERÊNCIAS

- AUGUSTINHO, Sonia Maria; DE LIMA, Isaura Alberton. A nova contabilidade pública brasileira como instrumento de transparência sobre as contas públicas. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, v. 1, n. 1, p. 76-88, 2012.
- BERNE, Robert; SCHRAMM, Richard. The financial analysis of governments. **Prentice Hall**, 1986.
- BRACCI, Enrico et al. Contabilidade do setor público, responsabilização e austeridade: mais do que equilibrar as contas?. **Accounting, Auditing & Accountability Journal** , v. 28, n. 6, p. 878-908, 2015.
- BRASIL. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/> Acesso em: 10 de outubro de 2024.
- BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Ranking da qualidade da informação contábil e fiscal no SICONFI. Disponível em: <<https://rankingmunicipios.tesouro.gov.br/>>. Acesso em 10 outubro 2024.
- BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), publicado pela MCASP, 2023, 10a Edição.
- BROWN, Ken W. et al. The 10-point test of financial condition: Toward an easy-to-use assessment tool for smaller cities. **Government Finance Review**, v. 9, p. 21-21, 1993.
- BRUSCA, Isabel; ROSSI, Francesca Manes; AVERSANO, Natalia. Fatores que influenciam a condição financeira dos governos locais: um estudo comparativo entre Itália e Espanha. **Lex localis** , v. 13, n. 2, p. 161, 2015.
- DE ARAÚJO, Ronaldo José Rêgo et al. Medidas objetivas e subjetivas de condição financeira governamental: os gestores públicos municipais conhecem sua condição financeira?. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 42, n. 1, p. 154-172, 2023.
- DE LIMA, Andreza Cristiane Silva; DOS SANTOS ALBUQUERQUE, Francivaldo; ALVES CORREIA, José Jonas. Fatores que influenciaram a condição financeira dos

Estados brasileiros antes e após o auge da crise econômica de 2014. **Capital Científico**, v. 17, n. 4, 2019.

DE OLIVEIRA BAPTISTA, Raizza Cristina; COSTA, Abimael de Jesus Barros. A Produção Científica sobre a Convergência da Contabilidade Pública no Brasil: Uma Revisão Sistemática no Período 2008-2020. **Revista de Administração, Regionalidade e Contabilidade**, v. 1, n. 2, 2022.

FIIRST, Clóvis; BEUREN, Ilse Maria. Influência de fatores contingenciais no desempenho socioeconômico de governos locais. **Revista de Administração Pública**, v. 55, n. 6, p. 1355-1368, 2021.

Garcia, R. L. M., Peleias, I. R., & Peters, M. R. S. (2014). A teoria da legitimidade e as práticas de evidenciação da Norma ISSO 14001 por empresas brasileiras. In **Anais do XIV Congresso USP Controladoria e Contabilidade**, São Paulo(Vol. 21).

GROVES, Sanford M.; VALENTE, Maureen Godsey. Evaluating financial condition: a handbook for local government. Washington: **The International City/County Management Association** - ICMA, 1986.

GROVES, Sanford M.: VALENTE, Maureen Godsey: SHULMAN, Martha A. Financial indicators to local government. **Public Budgeting and Finance**, v. 1, n. 2. p. 5-19, Summer 1981.

GROVES, Stanford M.; VALENTE, Godsey. Evaluating financial condition: a handbook for local government. 4. ed. revised by Karl Nollenberger, Washington: **The International City/County Management Association** - ICMA, 2003.

Hughes, J. W.; Laverdiere, R. (1986). Comparative local government financial analyses. **Public Budgeting and Finance**. V. 6, n. 4, p. 23-33. December.

LIMA, SC de; DINIZ, Josedilton Alves. Contabilidade pública: análise financeira governamental. São Paulo: **Atlas**, v. 576, 2016.

NOBRE, Carla Janaina Ferreira et al. A condição financeira governamental e sua influência na transparência da gestão pública municipal. 2017.

NOBRE, CARLA JANAINA FERREIRA; DINIZ, JOSEDILTON ALVES; DE ARAÚJO, RONALDO JOSÉ RÊGO. A Condição Financeira Governamental e sua Influência na Transparência da Gestão. **XIX USP International Conference in Accounting**. São Paulo, 2019

PINA, Vicente; TORRES, Lourdes; YETANO, Ana. Contabilidade de exercício nas administrações locais da UE: um método, várias abordagens. **European Accounting Review**, v. 18, n. 4, p. 765-807, 2009.

RAMSEY, Tina Kim. Measuring and evaluating the financial condition of local government. 2013. **Tese de Doutorado**. California State University, Sacramento.

SALUSTIANO, Jéssica da Costa et al. A relação entre a governança e a condição financeira dos municípios brasileiros. 2024. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SCORSONEL, E. A.; PHERHOPLES, C. Fiscal Stress and Cutback Management Amongst State and Local Governments: What Have We Learned and What Remains to Be Learned? **State and Local Government Review**, v. 42, n. 2, p. 176-187, 2010.

SILVA, Lino Silva da. Diretrizes para a elaboração de indicadores de custos no governo federal. Brasília, nov. 2011. Disponível em Acesso em 21 de maio 2012.

WANG, X.; DENNIS, L.; TU, Y. S. J. Measuring financial condition: A study of US states. **Public Budgeting & Finance**, v. 27, n. 2, p. 1-21, 2007.

Zuccolotto, R., & Teixeira, M. A. C. (2014). As causas da transparência fiscal: evidências nos estados brasileiros. **Revista Contabilidade & Finanças-USP**, 25(66).